

**MARTA LORENTZ**

**“SÓ PODIA SER MULHER” -  
as relações de gênero no trânsito**

Ijuí – RS

2008

**MARTA LORENTZ**

**“SÓ PODIA SER MULHER” -  
as relações de gênero no trânsito**

Dissertação de Mestrado apresentada para banca de defesa final para a obtenção do título de mestra na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Departamento de Pedagogia - Mestrado em Educação nas Ciências.

**Orientadora: Ana Maria Colling**

Ijuí – RS

2008

Dedico este trabalho para meus pais, Willy e Meieli, pelo carinho, amor, apoio e educação!

Eles me deram raízes para suportar com leveza os fortes ventos da vida, e asas e coragem para voar e descobrir novos horizontes!

Para o Antonio e a Alexandra, pelo amor, paciência, carinho e incentivo nas muitas horas em que precisei ficar ausente para poder me dedicar a esse trabalho!

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora professora Doutora Ana Maria Colling, pelo apoio, pelas valiosas orientações, por ter me encantado com a temática *gênero*, pelo empréstimo de livros e materiais que me auxiliaram ao longo da pesquisa. Enfim, por ter me guiado com dedicação, firmeza e carinho nessa caminhada.

À professora Doutora Anna Santiago e ao professor Doutor Celso Martinazzo por terem aceito fazer parte da banca de avaliação e pelas excelentes contribuições que muito auxiliaram no aperfeiçoamento desse trabalho.

À professora Doutora Sandra Vidal Nogueira, pela pronta disponibilidade em fazer parte da banca de avaliação.

À minha família, pelo carinho e incentivo constantes.

Às minhas amigas Astrid, Anabel, Adriane, Simone, Dieine e Marli que, de uma forma muito particular e além mar, me ajudaram a suportar a distância, me socorreram em momentos de crise, me apoiaram nas muitas horas em que precisei de um ombro amigo.

À todos os professores e funcionários do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

Aos colegas do Mestrado, em especial a Cláudia, a Cris e ao Oswaldo, pela amizade, pela solidariedade em momentos que precisei de mãos amigas.

A todas as pessoas que, de uma forma ou outra, me auxiliaram nessa caminhada através de palavras amigas, apoio, solidariedade, compreensão.

## RESUMO

Nesse trabalho, abordamos as relações de gênero sob o prisma do trânsito. Investigamos, então, o que o trânsito pode nos revelar sobre as formas como as relações de gênero estão estruturadas. Nesse sentido, podemos observar que, nas últimas décadas, houve um avanço da mulher em áreas que foram, por muito tempo, consideradas exclusivamente masculinas. Tecemos uma reflexão sobre se o fato de as mulheres terem conquistado mais espaço, na vida pública, implica em uma mudança de base das relações de gênero ou se é somente uma nova forma de manter a dominação masculina. O trânsito oferece, nesse sentido, um amplo espaço para analisarmos essas relações, onde elas acontecem diariamente, na expressão de nossos comportamentos. Para realizarmos tal abordagem analítica, apoiamos-nos em uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica, embasada em diversos materiais, como livros, pesquisas, jornais e revistas.

Para podermos dar conta do referencial teórico necessário a essa discussão, exploramos vários conceitos essenciais ao entendimento das questões teóricas. Situamos devidamente nossa abordagem no tempo e no espaço em relação ao conceito *gênero*. Abordamos, de forma central, os vários discursos que, de maneira decisiva, contribuíram para moldar o masculino e o feminino da forma como hoje o vemos e vivenciamos, bem como o percurso de construção ao longo da história da humanidade. Traçamos um perfil de homens e mulheres, na atualidade, e refletimos sobre a questão do lugar simbólico que o automóvel ocupa na vida simbólica dos mesmos. Nesse sentido, nosso estudo pretende contribuir para ampliar a reflexão sobre os papéis masculinos e femininos na nossa sociedade.

O trabalho demonstra que, no trânsito, ocorre uma radicalização das relações de gênero. Apesar do avanço das mulheres, em áreas antes exclusivamente masculinas, as fronteiras entre o que é “do masculino” e o que é “do feminino”, nesse espaço simbólico, ainda se encontram bem delimitadas.

**Palavras-chave:** gênero, discurso, trânsito.

## ABSTRACT

In this piece of work we approach the gender relations in regard to the traffic. Therefore we investigate what the traffic can reveal us about the ways the gender relations are structured. In this sense we can observe that in the last decades there has been woman advances in areas which were considered exclusively masculine for a long time. In this research, we reflect on if the fact women have conquered more space in public life implies a change of the base of the gender relations, or it is only a new way of keeping men's domination. In this sense, the traffic offers a wide ground for us to analyze these relations, for they happen there in a daily basis and are expressed by our behaviors. For an analytical approach, we have relied on a qualitative methodology of bibliographic review based on various materials, such as books, researches, newspapers and magazines. For the necessary theoretical reference to this discussion, we analyzed many essential concepts needed for the understanding of the theoretical issues. Our approach was situated in time and space regarding to the concept of gender. We mainly discussed the various discourses which contributed decisively to shape the masculine and feminine definitions in the way we live and see them nowadays, and how these concepts were historically built. We described the present women's and men's profiles and reflected on the symbolic place the car occupies in their symbolic lives. Our study aims to contribute to broaden the reflection on the male and female roles in our society. The study demonstrates that there is a radicalization of the gender relations in the traffic. In spite of the women's conquests in many areas that were once exclusively masculine, the frontiers of what is "masculine" and what is "feminine" are still more strictly delimited in the symbolic space which is the traffic.

**Key words:** gender, discourse, traffic.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1 A HISTÓRIA DO MASCULINO E DO FEMININO.....</b>	<b>13</b>
1.1 A Representação e a Identidade.....	20
1.2 O Poder nas Relações de Gênero.....	31
<b>2 TEMPOS DIFERENTES, DISCURSOS IGUAIS.....</b>	<b>46</b>
2.1 As Influências do Discurso Greco-Romano.....	47
2.2 As Influências do Discurso Religioso.....	54
2.3 Os Discursos Atuais .....	63
<b>3 OS HOMENS E AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO...</b>	<b>72</b>
3.1 A Questão da “Propriedade” .....	77
3.2 O Espaço Público do Trânsito.....	88
3.3 Mulheres e homens no trânsito: discursos atuais.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordamos as relações de gênero e trânsito, no sentido de refletir o que elas querem nos falar (o que nos falam) sobre a forma como essas relações ainda hoje acontecem. O trânsito será uma ferramenta, por nós utilizada, para nos questionarmos sobre quais são os discursos que estão implicados nas questões relativas ao gênero.

Nesse sentido, levantamos questões como: O preconceito em relação às mulheres no trânsito existe realmente? Por parte de quem? E o que ele (preconceito) nos comunica no interior do intrincado jogo de relações masculino/feminino, que sempre ocupou a mente da humanidade? Basta que as mulheres saiam de suas casas, dirigindo seus carros, para que cessem os preconceitos e as piadas em relação a ela? Ou será que teremos que desconstruir essa história e, ainda assim, perceber que, na verdade, a forma que essas relações tomam é simplesmente reflexo do que elas significam para toda humanidade?

Em nosso trabalho, pretendemos também refletir sobre se o avanço das mulheres, na vida pública, implica uma mudança de base das relações de gênero ou se tal avanço é somente uma nova forma de manter a dominação masculina. O que revela o fato de as mulheres assumirem mais frequentemente a direção de um



carro? Houve alguma mudança na relação entre homens ou mulheres? Alterou a identidade do gênero no sentido de mudar “o sentimento de ser homem” e “o sentimento de ser mulher”? É possível identificar o que mudou e em que medida se dá essa mudança?

Consideramos oportuno salientar que a idéia deste trabalho surgiu a partir da prática do nosso trabalho como Psicóloga Perita, examinadora de Trânsito, credenciada ao Detran-RS, nas cidades de Cândido Godói e Santa Rosa, entre os anos de 1997 e 2007. Com o trabalho diário, observamos que as mulheres manifestavam mais dificuldades na realização das provas práticas do que os homens; já, nas provas teóricas, percebemos poucas diferenças em relação ao desempenho apresentado entre homens e mulheres. Nesses anos de trabalho junto ao Detran-RS, todos os casos de fobia de dirigir que nos foram encaminhados foram com mulheres. Conforme Corassa<sup>1</sup> (2000: 30), “as pessoas que têm fobia de dirigir são em sua maioria mulheres [...]. E quase todas têm vida profissional definida. Socialmente são vitoriosas”. De fato, a maioria das mulheres atendidas era de mulheres adaptadas pessoal e socialmente, que sentiam muita dificuldade em aprender a dirigir. Instalava-se um verdadeiro pavor, fazendo-as sentirem-se incapazes e ansiosas. Não raro, tinham a percepção de grande cobrança exterior e o sentimento de desajuste por não conseguirem “fazer uma tarefa que a maioria das pessoas aprende sem dificuldades” (*idem*). Eram freqüentes os relatos de que elas se tornavam motivo de piadas e “chacotas” entre familiares e colegas, sendo que, muitas vezes, sua dificuldade era associada ao fato de serem mulheres. Algumas desistiam de dirigir, alegando que, como o pai ou esposo sabia dirigir, não havia

---

<sup>1</sup> CORASSA, Neuza. **Vença o medo de dirigir**. São Paulo: Gente, 2000.

necessidade de fazê-lo – em uma compreensão de que, afinal, *o fato de não o fazerem não era de todo ruim*.

Diante dessas observações, desnudou-se, para nós, a necessidade de investigar o que ocorria com essas mulheres. O que acontece com homens e mulheres no espaço público do trânsito? Seriam simples coincidências ou, no anonimato da vida cotidiana, esses fatos, relacionados às percepções femininas, nos falam sem disfarces de como se estrutura a vida de homens e mulheres atualmente? Que papel assume a educação formal na criação e perpetuação desses papéis sociais? Considerando tais comportamentos como sintomas da condição feminina, perguntamos: o que eles querem nos comunicar na sociedade contemporânea? Acreditamos que as questões de gênero que são discutidas atualmente, tais como o avanço das mulheres em espaços antes predominantemente masculinos, a diferença entre os sexos, sofram uma radicalização no espaço do trânsito. Os lugares sociais dos sexos voltam a ter seus limites definidos, pois crescemos aprendendo que “carrinho” é brinquedo de menino e “boneca” brinquedo de menina. Atualmente os limites dos espaços públicos e privados estão apagados, tornando as identidades plurais e flexíveis, mas, no espaço do trânsito, estes limites voltam a ficar mais definidos – tanto que, quando vemos uma motorista de caminhão, ainda nos surpreendemos. E, se nos surpreendemos, é porque ainda achamos que ela (mulher) ocupa um espaço que “não foi feito pra ela”, e assim parece que ela está ultrapassando seus limites.

Salientamos que nossa pretensão é apresentar uma abordagem analítica de como se dão as relações de gênero no trânsito. Esta abordagem vem ao encontro da pertinente, atual e necessária reflexão sobre as conquistas femininas de espaços sociais, o que justifica sua relevância.

Acreditamos que, apesar dos avanços que a mulher obteve, em praticamente todos os setores da sociedade, ainda existem brechas, sulcos, lacunas, nos quais percebemos a dificuldade de transpor preconceitos e vemos um predomínio claramente masculino. Tais sulcos, quando analisados de forma mais detalhada, revelam-nos a força que atividades aparentemente quotidianas trazem consigo, pois sabemos que são esses exercícios da vida diária – quando simplesmente *somos* – que cristalizam, eternizam, reforçam e criam comportamentos. Ao criar comportamentos, criam regras que, por sua vez, legitimam sua permanência e importância na coletividade. O trânsito oferece um vasto meio para podermos analisar as relações de gênero no lugar em que elas acontecem diariamente: nas ocupações e relações sociais.

Podemos dizer ainda que a relevância do nosso trabalho de pesquisa se dá em função de a sexualidade ter assumido um papel central nas sociedades ocidentais modernas, em que quotidianamente as pessoas são apresentadas e representadas a partir de sua identidade de gênero e identidade sexual. É, pois, sendo homens ou mulheres, que apreendemos o universo que nos cerca, que nos colocamos em relação com as outras pessoas; enfim, que existimos.

Para tornar viável a presente pesquisa, apoiamo-nos em uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica embasada em diversos materiais de autores nacionais e internacionais, como livros, artigos de periódicos, legislações e pesquisas. Utilizamo-nos também da pesquisa em via eletrônica (*internet*), visto que a *internet* é usada cada vez mais, na atualidade, como instrumento de propagação de pensamentos e concepções através de artigos e resenhas acadêmicas, de envio de mensagens, piadas e imagens relacionadas às questões de gênero. Além disso, reunimos materiais coletados em jornais, revistas, placas de caminhões.

Utilizamos também uma pesquisa relativa aos resultados de provas práticas e teóricas, coletadas em local de trabalho, a partir da qual é possível analisar o desempenho de homens e mulheres, nestas provas, e traçar um paralelo entre as diferentes provas. A partir da observação do conjunto dos dados coletados e tendo por apoio os pilares metodológicos previstos, temos condições de realizar um qualificado trabalho de análise e de formular conclusões acerca das relações de gênero emergentes no trânsito.

Relativamente ao Referencial Teórico necessário para sustentar a discussão a que nos propomos fazer, vamos explorar, ao longo de nosso trabalho, conceitos essenciais ao entendimento das questões teóricas, como: poder, discursos, identidade, representação e biopoder.

A presente dissertação, que elege a abordagem sobre as relações de gênero no trânsito, apresenta-se dividida em três capítulos. No primeiro, pretendemos desenvolver toda a estrutura conceitual da dissertação, ou seja, damos “corpo” ao trabalho, situando-nos no espaço e no tempo em relação ao conceito gênero. Elegemos a questão da identidade, da representação e do poder nas relações de gênero, como conceitos-chave a serem desenvolvidos.

No segundo capítulo, abordamos os discursos que, de forma decisiva, contribuíram para moldar o *masculino* e o *feminino* da forma como os vemos e os vivenciamos. Vamos examinar, de maneira mais detalhada, as influências do Discurso Greco-Romano e do Discurso Religioso. Procuramos também refletir sobre qual é o discurso que hoje em dia ancoram as relações de gênero, o que ele nos transmite sobre os papéis sociais de homens e mulheres. Através de cartuns, piadas e frases em pára-choques de caminhões, vamos nos ater a investigar quais são os discursos que, hoje em dia, norteiam as relações sociais e as de gênero. E

quais são os discursos que permeiam as relações de gênero – primeiramente, na sociedade como um todo e, especificamente, no trânsito? O que eles (estes discursos) nos falam sobre como se configuram as relações entre homens e mulheres na atualidade?

No terceiro capítulo, focamos nosso estudo nos espaços públicos e privados, observando o significado que cada um possui na constituição das relações de gênero. Também vamos investigar o valor simbólico do espaço trânsito, um espaço público caracteristicamente masculino.

Nas considerações finais, procuramos confrontar nossa análise de dados com os questionamentos inicialmente apresentados no presente trabalho. De forma alguma, pretendemos fazer aqui um estudo conclusivo sobre como se dão as relações de gênero no trânsito. Nosso estudo pretende contribuir para ampliar a reflexão sobre os papéis masculinos e femininos, sob o prisma do trânsito, visto que quase não encontramos referências sobre estudos desse espaço tão significativo simbolicamente para a sociedade atual em que vivemos.

## 1 A HISTÓRIA DO MASCULINO E DO FEMININO

A importância de analisarmos a categoria **gênero** reside justamente no questionamento dos papéis sexuais que sempre foram destinados distintamente aos homens e às mulheres. Cabe registrar aqui que o questionamento é em relação aos papéis que homens e mulheres personificam quando estão dirigindo ou se encontram em trânsito. A noção **trânsito**, segundo Ferreira<sup>2</sup> (1988: 645), pode ser definida como: “movimento, circulação, afluência de pessoas ou de veículos; tráfego”.

As relações entre masculino/feminino são tão antigas quanto a própria humanidade. Precisamos, então, fazer uma viagem no tempo, buscando compreender os conceitos que estão implicados quando falamos em relações de gênero, no sentido de sabermos exatamente o que essa noção nos quer comunicar. Segundo Scott<sup>3</sup> (1995: 88), “estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”. Assim, estudar gênero implica adentrarmos na sua significação histórica, social e simbólica, contemplar o aspecto relacional entre homens e mulheres, entremeado por relações de poder, não sendo possível a compreensão de nenhum dos dois em um estudo que os considere totalmente separados. Gênero é um conjunto de expressões sobre aquilo que se pensa do masculino e do feminino. Há, pois, uma série de fatores que, combinados, constroem um homem ou uma mulher. Em outras palavras, a sociedade constrói

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Elze e Org. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>3</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria Útil de análise Histórica. *In: Educação & Realidade. Gênero e Educação*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

significados, símbolos, características, para definir cada um dos sexos, no decorrer dos séculos, que fazem a sua história. Não podemos esquecer o biológico como um fator importante, mas devemos sempre levar em conta que o corpo biológico se encontra inserido num contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, é fundamental perguntar: o que queremos comunicar quando utilizamos o termo **gênero**? A denominação de gênero, com o significado que lhe atribuímos hoje em dia, como categoria de análise histórica, surge, no último século, com o sentido de *sexo na cultura em oposição ao sexo biológico*. De acordo com Steffen<sup>4</sup> (2006: 12,13), “em 1968, o Psicólogo Robert J. Stoller utilizou pela primeira vez o termo *gênero*, tendo outro significado do que aquele gramatical: para diferenciar a identidade sexual biológica da social”. O uso do termo gênero e de sua rápida expansão marcam o início dos estudos de gênero e o fim do dualismo, que reduzia a mulher ao eterno *Outro* da vida do homem. Para Colling<sup>5</sup> (2006: 39), “falar em gênero, em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é o resultado de uma invenção social e política”.

No presente trabalho, utilizamos o conceito de gênero, trazido por Scott (1995: 14), segundo o qual “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. A partir dessa concepção, a relação entre os sexos não se coloca como algo natural, dado pela natureza, mas sim como uma relação socialmente construída e constantemente renovada. Quando pensamos

---

<sup>4</sup> STEFFEN, Therese Frey. **Gender**. Reclam Verlag Leipzig, 2006

Aqui é no original: 1968 verwendete der Psychologe Robert J. Stoller den Begriff gender erstmals in einem anderen als grammatischen Sinne: zur Differenzierung sozialer und biologischer Geschlechtsidentität.

<sup>5</sup> COLLING, Ana Maria. Gênero e História, Um diálogo Possível? *In: Contexto e Educação. Gênero e Educação-Um diálogo necessário*-Ano XIX, n 71/72-janeiro/dezembro 2004. Impresso em 2006. Ijuí: Unijuí, 2006.

em renovação dessas relações, estamos querendo dizer que essas relações estão em constante movimento. A questão é se tal movimento significa que houve efetiva mudança ou apenas essas relações adquiriram novas formas de manifestar o velho. Considerando as reflexões de Strey<sup>6</sup> (1999: 11), observamos que ela pondera que “as mudanças podem ser simplesmente novas maneiras de inviabilizar a discriminação, permanecendo o núcleo e a base das relações inalteradas”.

Cada época da história existiu com seus paradigmas. Podemos observar que os papéis do masculino e do feminino são também moldados em conformidade com esses paradigmas. Nisso temos que é de fundamental importância a análise cultural e histórica da categoria gênero, pois, como nos lembra Colling (2006), a representação da diferença sexual se deve muito pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura.

Para compreendermos como começa essa longa história, devemos nos reportar aos antigos, quando começamos, como humanidade, a pensar e registrar a nossa história, primeiro através de desenhos e depois através da escrita. Perrot<sup>7</sup> (2007: 16) chama a atenção para o fato de que essa história da qual falamos é uma história de homens narrada para homens, pois “as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou, pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal”.

É importante que façamos uma desconstrução da história do masculino e do feminino, no sentido de demonstrar como esses conceitos foram produzidos e construídos, ao longo da história da humanidade. Tal desconstrução auxiliar-nos-á

---

<sup>6</sup> STREY, Marlene Neves (Org). **Gênero por escrito: Saúde, Identidade e Trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo. Contexto, 2007.



na tarefa de refletir sobre quanto do comportamento masculino e feminino, em nossos dias, ainda está associado a épocas antigas, sem que, ao menos, nos demos conta disso. Pensemos em quantos dos comportamentos que, atualmente, repetimos e temos por natural já eram, em outras épocas, esperados dos sujeitos masculinos ou femininos. Inclusive Bourdieu<sup>8</sup> (2002) manifesta sua surpresa ao perceber como as relações de dominação ainda se perpetuam tão facilmente e são vistas, de forma permanente, como naturais e aceitáveis. Apesar dos movimentos contrários, a tendência de manter a estrutura que está dada se mantém com toda sua força e sutileza.

Nos primórdios da humanidade, quando os homens ainda não tinham descoberto o vínculo entre sexo e procriação, havia um culto à figura feminina, na imagem da Deusa-Mãe. Em Lins<sup>9</sup> (1997), temos que a Deusa-Mãe reinou absoluta desde o fim do período paleolítico até o início da Idade de Bronze. Isso está diretamente ligado ao desenvolvimento da agricultura. Observando os animais, os homens começaram a se dar conta que havia uma ligação entre sexo e procriação, e passaram a sentir seu papel como fundamental na fecundação.

À medida que a agricultura se desenvolve, cada vez mais, o homem assume o papel principal na relação homem/mulher. Quanto mais filhos um homem tivesse, mais pessoas ele teria para auxiliá-lo no trabalho. Dessa forma, a mulher passa a ser desejada e vista como fornecedora de filhos para os homens. O papel da Deusa perde importância, ao passo que o papel do herói-guerreiro ganha espaço. Para garantir que os filhos fossem seus, a mulher teria que manter relações sexuais só com um homem. Logo, a mulher passa a ser considerada propriedade do homem.

---

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>9</sup> LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda – Arejando Nossas Idéias a respeito de Amor e Sexo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

A natureza sempre esteve associada à figura feminina, aos ciclos de plantação e colheita, às estações do ano. Com a agricultura, o homem percebeu que podia dominar a natureza, que podia guardar grãos, que podia acumular riquezas aumentando seu patrimônio. Trata-se também de uma diferença essencial que perdura até hoje entre homens e mulheres: enquanto o homem procura dominar a natureza, a mulher, pela maternidade, ainda está amarrada ao biológico. Em Beauvoir<sup>10</sup> encontramos que:

A fêmea é mais do que presa ao macho da espécie; a humanidade sempre procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que, na maternidade, a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal. É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver a vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor, o projeto do homem não é de se repetir no tempo, é de reinar sobre o instante e construir o futuro. (1960: 86)

Os nômades se fixam ao solo e surgem as instituições e o direito. Este viria garantir a propriedade e preservá-la para a posteridade. Voltaremos a abordar mais especificamente o tema direito ao tratarmos do Discurso Romano.

A mitologia grega sempre destacou as Deusas, como: Atena, Afrodite, Artemis, Pandora, Gaia, Minerva, Deméter. Mesmo sendo a inteligência e o pensamento representados pela Deusa Minerva, é interessante percebermos que ela não nasce do corpo de sua mãe, mas da cabeça de seu pai, Zeus.

A primeira mulher, segundo a mitologia grega, é Pandora. Em artigo sobre esse mito, Chassot<sup>11</sup> faz a seguinte referência:

---

<sup>10</sup> BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo - Fatos e Mitos**. Edições da Difusão Européia do Livro. São Paulo, SP, 1960.

<sup>11</sup> CHASSOT, Attico. A Ciência é Masculina? É sim senhora!... *In: Contexto e Educação. Gênero e Educação-Um diálogo necessário*-Ano XIX, n 71/72-janeiro/dezembro 2004. Ijuí: Unijuí. 2006

No princípio, os mortais (os humanos) conviviam com os imortais (os deuses nascidos da Terra e do Céu), divididos em linhagens paralelas e algumas vezes se estabeleciam conflitos entre os deuses e os humanos. Esses diferentes gêneros de seres-mortais e imortais - formavam uma sociedade homogênea em que reinava felicidade. Um dia, porém, ocorre um grave conflito. Prometeu, filho de Titão, zombou de Zeus quando da partilha de um boi destinado a um banquete. As disputas sucedem-se. Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Depois de sucessivas lutas, Zeus resolve dar um castigo àqueles que estavam felizes com o presente de Prometeu: dá-lhes a mulher. Esta se chama Pandora e traz consigo uma caixa fechada, de onde deixará escapar todos os males que afligiriam os homens. (2006: 16)

A mulher passa, então, a ser vista como aquela que traz a desgraça para a vida dos homens; logo, é perigosa. Esta é uma concepção que repercute até hoje em nossas vidas, visto que a relação dos gregos com seus deuses organizou uma versão mítica acerca de muitas coisas do nosso cotidiano. A origem mítica grega relacionada à origem das mulheres também faz parte de conceitos míticos fundantes da nossa sociedade, que continuam a vigorar, mesmo que de forma velada ou modificada.

Discursos de efeito negativo sempre acompanharam a figura feminina: de irracional, imperfeita, incapaz de guardar segredos, curiosa como Pandora. A idéia de que a figura feminina tem menos valor acompanha o pensamento dominante há muito tempo, desde a antiga Grécia até os dias atuais. Podemos dizer que esses discursos, que colocaram a mulher como inferior, passaram ao status de discursos de verdade. De acordo com Foucault<sup>12</sup>,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (2004: 131)

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

A mulher também sempre foi associada ao lado obscuro da vida, exemplo disso são as noções da morte e da noite, pensadas no feminino. Beauvoir nos coloca que:

Tem, assim, a Mulher-Mãe um rosto de trevas: ela é o caos de que tudo saiu e ao qual tudo deve voltar um dia; ela é o nada. Dentro da noite confundem-se os múltiplos aspectos do mundo que o dia revela: noite do espírito encerrada na generalidade e na opacidade da matéria, noite do sono e do nada. No Fundo do mar impera a noite: a mulher é o Mare tenebrarum temido dos antigos navegadores; a noite impera nas entranhas da terra. Essa noite pela qual o homem receia ser tragado e que é o inverso da fecundidade, apavora-o. Ele aspira ao céu, à luz, aos picos ensolarados, ao frio puro e cristalino do azul; e, a seus pés, há um abismo úmido e quente, obscuro, pronto para abocanhá-lo; numerosas lendas mostram-nos o herói que se perde para sempre recaindo nas trevas maternas: caverna, abismo, inferno. (1960: 187)

A aliança da mulher com a morte traduz-se também na associação da morte como ceifadeira de vidas, que é a figura invertida da fecundidade. A mulher, então, traz em si a simbologia do início e do fim da vida, o que a liga simbolicamente aos ciclos da vida, início e fim, confirmando irremediavelmente seu laço com a natureza. O homem sempre tentou dominar a natureza, numa tentativa de também dominar a morte. A mulher, por sua vez, o lembra incessantemente que os ciclos da natureza, de vida e de morte, se confirmam, não precisando de sua aprovação. Podemos entender o domínio masculino como uma busca desenfreada de estancar essa angústia que a nossa natureza animal carrega: a de que por mais humanos que nos tornemos, não podemos controlar totalmente a natureza. Dessa forma, controlando a mulher, o homem sente simbolicamente como se controlasse também os ciclos de vida e morte.

Precisamos também analisar de que forma as diferenças anatômicas entre os sexos passaram a simbolizar a diferenciação social, no sentido de que se um sujeito nasce com órgãos sexuais masculinos, deve se comportar então como homem;

sendo os órgãos sexuais femininos, espera-se que tenha comportamentos femininos. Bourdieu<sup>13</sup> (1995) nos coloca que os órgãos sexuais, por condensarem a diferença, passam a ser um símbolo dela. E por serem símbolos privilegiados, encerram em si significações e valores que estão de acordo com a cultura falocêntrica que os criou e legitimou. Para Bourdieu,

Não é o falo (ou sua ausência) que é o princípio gerador dessa visão do mundo, mas é essa visão do mundo que, estando organizada (por razões sociais que será necessário descobrir) segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo- construído em símbolo de virilidade, do *nif* (ponto ou questão de honra, NT) propriamente masculino- em princípio da diferença entre os sexos (no sentido de gêneros), e basear na objetividade de uma diferença natural entre os corpos biológicos a diferença social entre duas essências hierarquizadas. (1995: 149)

Considerando este fragmento de Bourdieu, a diferença entre os sexos se manifesta não só nos signos hierárquicos, mas também nos detalhes aparentemente insignificantes do dia-a-dia, tais como roupa, atitudes, penteados, trejeitos.

Para realizarmos um movimento de desconstrução de concepções estruturantes que contribuíram para a permanência e perpetuação do domínio masculino, trabalhamos, nesta pesquisa, em primeiro lugar, com os conceitos que pensamos que sejam essenciais para a compreensão do nosso estudo: representação, identidade e poder.

## 1.1 Representação e Identidade

Consideramos importante nos atermos ao conceito de representação e suas implicações para esse estudo, porque devemos entender como acontece a

---

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. *In: Educação e Realidade. Gênero e Educação.* Porto Alegre: UFRGS, 1995.

representação de gênero. A representação nos fala de que forma as coisas são trazidas à nossa lembrança: Quando falamos “mulher”, o que isso evoca em cada pessoa? Quando falamos “homem”, o que nos lembra tal palavra?

Nesse sentido, quando temos uma representação, ela serve para diferenciar uma coisa das outras. Quando falamos “mulher”, lembramos *sexo feminino*, lembramos *mãe*, lembramos *seio*, lembramos *batom*. Já, quando falamos “homem” lembramos de *sexo masculino*, *virilidade*, *pai*. A representação serve para evocar uma diferença, para classificar. O nosso modo de pensar se organiza por esquemas de pensamento, nos quais agrupamos todas as coisas por categorias, diferenciando uma coisa de outra. Por exemplo, quando falamos “mesa”, sabemos que *mesa* é diferente de *cadeira*. Logo, as *cadeiras* são excluídas do nosso pensamento. Contudo, a representação cria modelos, generaliza. Por isso, se faz necessário vermos de que forma o masculino e o feminino encontram-se representados em nossa sociedade.

Relativamente à noção de representação, encontramos em Silva<sup>14</sup> a seguinte afirmação:

A representação é um sistema de significação. Utilizando os termos da lingüística estruturalista, isto quer dizer: na representação está envolvida uma relação entre um significado (conceito, idéia) e um significante (uma inscrição, uma marca material: som, letra, imagem, sinais manuais). Nessa formulação não é necessário remeter-se à existência de um referente (a “coisa” em si): as coisas só entram num sistema de significação no momento em que lhes é atribuído um significado - nesse exato momento já não são simplesmente “coisas em si”. (2003: 35)

O processo de significação é, fundamentalmente, social. Isso quer dizer que a representação é um significante que nos evoca a realidade concreta. A cada “coisa”

---

<sup>14</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. **O Currículo Como Fetiche - A Poética e a Política do Texto Curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

conferimos um significado social. Não existe uma convenção natural, por exemplo, na palavra “árvore”, que ligue seu significante ao seu significado. Um signo (significante + significado) só adquire seu significado num processo de diferenciação. Silva (2003) cita os estudos lingüísticos de Saussure<sup>15</sup> quando nos fala que o signo lingüístico é arbitrário, visto que a língua, para ele, é a expressão do pensamento. Esta expressão do pensamento é mediada pela língua, que é um sistema de signos. É na relação que se estabelece no sistema social, em que os signos adquirem valor, que eles significam. A língua é uma rede de signos que, ao mesmo tempo, se relacionam e se significam nessa relação.

Para o nosso estudo, tal pensamento é importante porque, quando falamos que um signo adquire significado na relação com outro signo, percebemos que essa relação também é uma relação de oposição. É nela que um signo adquire valor pelo significado negativo de outro signo. Por exemplo, quando usamos o signo “frio”, o significamos no nosso mundo social em oposição ao signo “quente”. Dizer que “a água está fria” significa que “a água não está quente”. Ocorre, então, um processo de diferenciação. Assim, quando falamos “mulher”, estamos falando de uma pessoa do sexo feminino e que, portanto, não faz parte do sexo masculino – um homem.

Um signo só fica claro nessa rede de diferenças. Sua identidade é sempre dependente da diferença. Segundo Silva (2003), ampliando a teoria de Saussure, existem signos nos quais a relação entre significado e significante não é totalmente arbitrária, mas o importante é termos em conta que os signos são o que são e

---

<sup>15</sup> Saussure é considerado o pai da Lingüística, visto que suas aulas sobre lingüística geral, ministradas entre 1906 e 1911, marcam o início do estruturalismo. A autoria do “Curso de Lingüística Geral” (1916) é atribuída a Saussure, ainda que tenha sido publicado três anos após sua morte (1913), a partir das anotações de um de seus alunos.

significam o que significam, porque nós os fizemos assim. Considerando as reflexões teóricas de Silva, encontramos a seguinte afirmação:

Em primeiro lugar, a representação é compreendida, aqui, sempre, como marca material, como inscrição, como traço. A representação aqui referida não é, nunca, representação mental. Em segundo lugar, se o significado, isto é, aquilo que é supostamente representado, não está nunca plenamente presente no significante, a representação - como processo e como produto - não é nunca fixa estável, determinada. (...) a representação só adquire sentido por sua inserção numa cadeia diferencial de significantes. (2003: 41)

Nessa ótica, para designar *masculino*, precisamos do *feminino* (e vice-versa), criando uma cadeia de significantes, em que um depende do outro para ter sentido. Para a episteme moderna, essa relação entre os significantes é mais importante do que a identidade e a diferença. E aqui entra Michel Foucault<sup>16</sup> (1995), com sua teoria, quando nos fala da importância dos discursos, na representação, de conhecer de que forma os objetos de análise são construídos discursiva e lingüisticamente. Conforme Silva (2003), as práticas discursivas se tornam, então, o centro de análise.

Os discursos não se limitam a nomear as coisas, mas eles também as criam. Os signos criam sentidos. Por “parecerem reais” é que esses signos têm efeito de verdade, ou seja, se tornam discursos. Quando afirmamos, por exemplo, que meninas brincam de boneca, estamos cristalizando um discurso que acreditamos ser verdadeiro: que meninas que são meninas brincam de boneca. Se as meninas brincam de bonecas, os meninos brincam de jogar bola. E isso se transforma em discursos. Entre as relações de poder, que se definem o que eles dizem e como dizem; e é nos efeitos de poder que eles movimentam, que se situam os discursos

---

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. (Org.) Dreyfus, H; Rabinow. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.



de verdade. Para Silva (2003), Foucault (1995) centra suas investigações na questão da representação, uma vez que se afastou da análise fenomenológica para centrar-se na forma pela qual os objetos são construídos por meio de sistemas de significação.

A identidade cultural ou social, de acordo com Silva (*idem*), é:

O conjunto daquelas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupo: aquilo que eles são. Aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos. Identidade e diferença são, pois, processos inseparáveis. (2003:46)

Essa definição de identidade nos fala do sujeito moderno, que tinha uma identidade bem definida e localizada no mundo social. As identidades, que por muito tempo foram sólidas localizações, nas quais os sujeitos se encaixavam socialmente, hoje se encontram com fronteiras indefinidas que provocam crises de identidade. As identidades modernas estão sendo “descentradas”, no sentido de que as transformações no mundo social (transformações tecnológicas, industriais, econômicas e culturais) provocam um deslocamento do sujeito no mundo social. Nisso temos que a identidade que entrou em crise é a do sujeito soberano, universal e não a da mulher.

Stuart Hall<sup>17</sup> (1999) defende a idéia de que as identidades modernas estão sendo deslocadas, que esse deslocamento ocorre através de várias rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Ele aborda cinco formas de descentramento do sujeito. O primeiro descentramento ocorre, conforme as tradições do pensamento marxista, principalmente pela *reinterpretação*, na década de 60 do século XX, da frase “homens fazem história, mas sob condições que lhe são dadas”. O segundo, é

---

<sup>17</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

a descoberta do inconsciente por Freud. Essa teoria, ao nos mostrar que as identidades, a sexualidade e a estrutura são constituídas “com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da Razão” (Hall: 1999, p.27), abala o conceito de sujeito racional de identidade fixa. O terceiro descentramento é, conforme a lingüística estrutural de Saussure, aquele que coloca os sujeitos não como autores das afirmações que fazem e nem dos significados expressos na língua. Já o quarto descentramento da identidade do sujeito ocorre no trabalho de Michel Foucault (1995), com o poder disciplinar que vigia e disciplina as populações modernas (quartéis, fábricas, escolas, hospitais, prisões) e que busca produzir, através de mecanismos disciplinares, sujeitos com corpos dóceis. E o último descentramento é a influência do movimento feminista. Esse movimento contribuiu para o descentramento da identidade do sujeito cartesiano<sup>18</sup>, na medida em que contestou/contesta a organização social e política da sociedade que discriminava e ainda discrimina o ser feminino.

Hall (1999: 27) defende que atualmente se vive uma época caracterizada pela *diferença*, “as sociedades são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições do sujeito e diferentes identidades”. Enfatizamos que para compreendermos essas múltiplas identidades, não podemos separá-las da história e da política. Não podemos esquecer que a identidade é uma construção social e que é nomeada no contexto de uma cultura.

---

<sup>18</sup> O filósofo René Descartes (1596-1650) é considerado como o pai da Filosofia Moderna. Ele abordou o sujeito individual como sendo constituído pela sua capacidade de pensar e raciocinar. Daí a máxima: “Penso, logo existo”. A partir deste filósofo, a concepção do sujeito racional pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, passa a ser conhecida como “o *sujeito cartesiano*”.

A nossa identidade só faz sentido em uma cadeia discursiva de significantes, marcada pela diferença. Então, quando estudamos as relações de gênero, no trânsito, precisamos levar em conta que o sujeito do qual falamos foi criado dentro dos moldes de uma identidade fixa, certa e imutável e que passa atualmente pelo descentramento de sua identidade. Nisso temos que o sujeito do qual falamos sofre o apagamento dos limites do que caracteriza comportamentos tipicamente masculinos e femininos, que anteriormente eram dados como estáveis. Esse descentramento, ao mesmo tempo em que permite que o sujeito se mova entre várias instâncias da vida social, questionando estereótipos, também o empurra para uma crise. Sabemos que há a busca por uma uniformização da identidade, visto que ela nos transmite a certeza de pertencemos a um grupo e de *quem somos* dentro desse grupo.

Para Barberá<sup>19</sup>, a identidade de gênero é um processo no qual cada um se sente pertencente a um grupo sexual, o que exclui o outro grupo. A identidade e a diferença são construídas nas e pelas representações, através das sensações, percepções e pensamentos. O que une uma pessoa a outra é a identidade. Para nos sentirmos identificados com um grupo, temos que criar símbolos, imagens, narrativas, mitos, que nos unem aos outros, dando uma idéia de pertencimento entre “iguais”. Esse processo não é um processo homogêneo, ele é atravessado pelas relações de poder que conferem à identidade, produzida na e pela representação, seu caráter produtivo. Podemos pensar que o poder está representado na representação, porque as relações de poder criam discursos de verdade e, a partir daí, surgem as representações. O poder define como a representação vai se

---

<sup>19</sup> BARBERÁ, Ester. **Psicología del Género**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1998.

processar e a representação, por sua vez, tem efeitos específicos sobre a produção das identidades culturais, que acabam por reforçar as relações de poder.

Nesse movimento, nessa intrincada teia de relações de poder, a identidade que regula esse processo é sempre a identidade dominante. Assim, as identidades subordinadas reivindicam não só o acesso a uma representação como também o direito de controlar essa representação. A identidade dominante se torna a norma invisível que regula todas as identidades. Para Louro<sup>20</sup>, esse é um motivo por que podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se apresentam, os significados que atribuem às suas experiências e práticas são sempre marcados por relações de poder. Tomemos novamente as reflexões de Silva:

Homem, branco, heterossexual (ou todas essas coisas juntas): identidades que, por funcionarem como norma, não aparecem como tal. É o outro que é étnico. É o outro como homossexual, que aparece como identidade inteira e exclusivamente definida pela sexualidade. A identidade feminina é marcada por falta em relação à do homem. A identidade subordinada é sempre um problema: um desvio da normalidade. (2003:49 )

As pessoas que pertencem aos grupos subordinados carregam sempre consigo a marca da sua representação. Como identidade marcada, ela representa sempre inteiramente aquela identidade, carregando assim todo o peso da representação.

Para adentrarmos na questão de como homens e mulheres representam a si mesmos e ao outro, devemos ainda entender a questão dos estereótipos. Segundo Barberá (1998), o estereótipo é uma imagem mental de alta elaboração cognitiva, no sentido de que é um conjunto organizado de idéias que se acoplam entre si.

---

<sup>20</sup> LOURO, Guacira Lopes (Org). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2001.

Saffioti<sup>21</sup> acrescenta que, por serem demarcadas em um campo social, as categorias sexuais são formadoras de estereótipos sociais.

Um estereótipo nos fala de como certos grupos culturais e sociais são descritos. Assim, cada sociedade atribui determinados papéis a homens e mulheres e, freqüentemente, tais papéis se ajustam a idéias fixas e pré-concebidas de como cada um deles deve se comportar. Por se tornarem fixos, eles limitam a capacidade de desenvolvimento pessoal ou grupal. Em Silva, temos que:

O estereótipo tal como a representação em geral, é uma forma de conhecimento. No processo pelo qual buscamos conhecer o outro, o estereótipo funciona como um dispositivo de economia semiótica. No estereótipo a complexidade do outro é reduzida a um conjunto mínimo de signos: apenas o mínimo necessário para lidar com a presença do outro sem ter de se envolver com o custoso e doloroso processo de lidar com as nuances, as sutilezas e as profundidades de alteridade. (2003: 50, 51)

Em outras palavras, ao entrarmos em relação com outras pessoas, passamos por um movimento para poder conhecê-las. No estereótipo, o outro, como nosso objeto de conhecimento, se torna estático, congelado. Podemos falar que lançar mão de estereótipos é um movimento salvador, na medida em que procuramos organizar todo montante de novas informações, que recebemos ao conhecermos algo novo, naquela figura de linguagem. Achamos que, dessa forma, conseguimos manter-nos em segurança frente a novas informações, uma vez que, lançando mão dos estereótipos, achamos que já sabemos de antemão o que esperar da nova situação ou do outro que nos parece ameaçador.

O outro, no estereótipo, é representado por meio de uma forma especial de condensação, na qual entram processos de simplificação, de generalização e de homogeneização. Um estereótipo é eficaz justamente por causa desses processos,

---

<sup>21</sup> SAFFIOTI, H.I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987

que nos fazem lidar com algo que reconhecemos como *real* e, nesse movimento, tem seu efeito de *realidade* ampliado.

A representação é ativa, sendo produzida mais de um sentido. Ela produz os objetos de que fala, ela produz sujeitos. A força da representação é justamente o fato de que ela é uma representação consentida. Foucault<sup>22</sup> nos fala em resistência ao poder. Para ele, onde há poder há resistência. Mas ela não se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder, porque as resistências estão presentes em toda rede de poder. Tomemos, então, as palavras de Foucault:

As correlações de poder não poderiam existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda rede de poder. Portanto não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa- alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. (1998: 91)

Nas relações de gênero, que são nosso objeto de estudo, a identidade feminina assume o peso da representação, sendo a identidade subordinada. Esse fato assume uma importância primordial na análise que iremos fazer, pois se trata de um dos fios condutores do nosso trabalho: Como a mulher se representa? Como o homem se representa?

Perrot (2007) afirma que, por muito tempo, as mulheres foram sempre narradas, lembradas, representadas pelos homens, através do olhar masculino. E elas, por um longo período, estiveram na sombra da história. Assim, na mitologia, a mulher sempre foi a desqualificada. O princípio masculino, além de ser o princípio da ordem, é o que põe ordem no feminino. Da mesma forma, nas religiões monoteístas,

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

também a mulher aparece como a figura desqualificada, aquela que foi criada para fazer companhia ao homem, para lhe servir.

Com o aumento da importância da família, na sociedade, e com o crescente interesse das Ciências, em que o corpo da mulher também passa a ser objeto de interesse de estudos, a história da mulher foi sendo resgatada das sombras, embora essa Ciência venha a reafirmar a inferioridade feminina.

À mulher sempre coube o papel do lado escuro e inferior: o receptáculo. Representante do espaço privado, “rainha do lar”, mãe dedicada e esposa submissa. Essas representações atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos.

Através dos discursos da família, da escola, da Igreja, do Estado, da vida em sociedade, aconteceu um movimento de eternização das estruturas da divisão sexual. Essa divisão nos remete à história continuada da criação das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, de forma tão silenciosa, poderosa e permanente, que nos parece natural, como se sempre estivesse aí, desde que existem homens e mulheres. De acordo com Bourdieu,

O verdadeiro objeto de uma história das relações entre os sexos é, portanto, a história das combinações sucessivas de mecanismos estruturais e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos. (2002: 101, 102)

Nesse sentido, dizemos que todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram e são produtoras de marcas. Elas marcam os sujeitos, de forma articulada, confirmando identidades e práticas. Tal processo é plural e permanente, e os sujeitos que dele participam são sujeitos

ativos, no sentido de que sempre existe um investimento continuado e produtivo do sujeito.

De forma mais detalhada, iremos examinar alguns discursos que, através de sua visão, suas práticas e suas leis levaram as próprias mulheres a consentirem na representação dominante da diferença entre os sexos.

## 1.2 O Poder nas Relações de Gênero

A utilização do termo *poder* remete, de modo geral, à idéia de dominância de uns sobre os outros. Então, perguntamos: qual é a origem dessa forma de afluências de interesses? Para encontrar respostas a esta pergunta, buscamos em Nietzsche<sup>23</sup> (1998), em sua *Genealogia da Moral*, a questão da valoração crítica e da genealogia da moral. Ele procura investigar a evolução dos conceitos morais. Sobre a questão do bem e do mal, procurando entender a origem desses valores, Nietzsche (1998) coloca que precisamos nos perguntar a quem e por quem o valor *bom* era atribuído, e qual seu propósito. Vamos às suas palavras:

Para mim é claro, antes de tudo, que essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito 'bom' no lugar errado: o juízo 'bom' não provém daqueles aos quais se faz o 'bem'! Foram os 'bons' mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si a e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo e vulgar e plebeu. (1998: 19)

Foram, então, a consciência da superioridade, o sentimento geral, fundante e constante de uma espécie superior e dominadora, em oposição a uma espécie inferior e baixa, que determinaram a origem da oposição entre o "bom" e o "mau". O

---

<sup>23</sup> Nietzsche, Friedrich. **Genealogia da Moral**-uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



conceito masculino também se opõe ao feminino, ao assumir um papel dominante, ficando claro que essa relação entre masculino e feminino é uma relação de poder.

Enfatizamos que, para falar em relações de poder, é preciso que fique claro o que se entende por poder e a que poder nos referimos quando pensamos em gênero. Na visão tradicional, o poder, similarmente a uma mercadoria, pode ser possuído por algum soberano (um indivíduo ou o Estado) e aqueles sobre os quais é exercido esse poder, que são considerados seres inferiores. O poder proíbe e é praticado, manifestado através de coerção física ou psicológica. Ele é exercido de cima para baixo, de forma vertical, o que o torna um poder repressivo.

O exercício do poder não se dá só no nível das idéias e das instituições, mas também no plano comportamental, nos gestos e modos de proceder. O poder, na perspectiva foucaultiana, não possui somente o aspecto negativo; possui também o lado positivo, transformador e produtivo. O poder produz discursos de verdade, conforme Foucault<sup>24</sup>, que afirma:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo campo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (1979: 8).

Assim temos que é, na dinâmica das relações de poder, que se produzem os saberes e se estruturam os campos possíveis de ação dos sujeitos humanos. Quando, em nosso trabalho de pesquisa, nos referimos às relações de poder, o fizemos nessa ótica, isto é, de que o poder se manifesta como resultado da vontade

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1979

que cada um tem de atuar sobre a ação alheia, de modo a organizar o campo possível da ação dos outros.

Scott (1995), ao definir o conceito de gênero, nos coloca que o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder, pois elas possibilitam compreender a constituição das redes de significações que se edificam e se relacionam em todos os âmbitos da vida cotidiana dos sujeitos. Tal definição significa que, quando nomeamos alguém como homem ou como mulher, mesmo que não reconheçamos isso, nós já estamos trazendo à tona a classificação do forte/fraco, viril/frágil. Nessa medida, precisamos pensar que a questão de gênero é tão importante para as pessoas, na sua vida diária, que situam os outros, na sociedade, a partir da identidade de gênero.

Assim, quando falamos em gênero, não estamos pensando nas relações homens *versus* mulheres, mas nos domínios estruturais, ideológicos, sociais e históricos que estas relações englobam e seus significados dentro de cada uma das organizações. Então, ao procurarmos compreender de que forma as relações de gênero estão constituídas no mundo contemporâneo, é necessário analisarmos as relações de poder implicadas nessa questão.

Com o advento de métodos contraceptivos mais eficientes, principalmente da pílula anticoncepcional, a mulher passou a gozar de uma liberdade de comportamento crescente. Dessa forma, ela passou a ter um controle maior sobre seu corpo e, conseqüentemente, sobre sua vida. O efeito mais sentido é que a maternidade pode não só ser planejada, mas adiada. Por efeito, atualmente a mulher avança no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, conquistando posições inimagináveis há anos atrás. Apesar de todas essas mudanças, a nossa sociedade ainda vive sob predomínio masculino, pois, caracteristicamente, a parte

dominante está sempre pronta a reconhecer sua maneira particular como universal. Assim, temos que o domínio masculino ainda é percebido como natural e o avanço da mulher, no mercado de trabalho e no controle de sua vida, vai contra essas tendências tomadas como naturais.

Na nossa pesquisa, utilizamos a teoria de Foucault para nos auxiliar a pensar o poder fortemente presente nas relações de gênero. Foucault é amplamente citado no que concerne às relações de gênero, porque, segundo Perrot<sup>25</sup>,

Por sua crítica do essencialismo e do universalismo, Michel Foucault oferece, inicialmente, à história das mulheres, uma base conceitual e armas para seu trabalho de desconstrução das palavras e das coisas. Não há objetos naturais, não há sexo fundado na natureza. O homem está morto? A mulher também. 'A mulher não existe', dizia Lacan, visando particularmente a psicanálise à qual Foucault recusava igualmente a pretensão de afirmar a eternidade de uma sexualidade feminina, ao contrário, inscrita nos meandros do Tempo. A historicidade governa as relações entre os sexos, construção social, que evoca o 'gênero'. (2005: 501)

Foucault nos apresenta a teoria para a desconstrução das palavras e das coisas, no sentido de podermos desconstruir historicamente as relações masculino/feminino, compreendendo por que e como elas se constituem dessa forma. Para Perrot (2005), Foucault rompe com a maneira de ver, na mulher, o eterno feminino; a mulher alienada na sua condição biológica de ser mãe, cujos discursos sobre ela reforçaram, durante muito tempo, a sujeição das mulheres ao seu corpo e a seu sexo. A narrativa histórica que Foucault nos traz rompe com essa visão antropológica, possibilitando, dessa forma, a desconstrução da mulher e da sua sexualidade. E, quando falamos de mulheres, através delas falamos de filhos, maridos, lares; falamos da sociedade como um todo, visto que as relações sempre se dão de forma entrelaçada. Não podemos falar de um, sem abordarmos o outro.

---

<sup>25</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da História**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

Assim, a história de cada mulher, é a nossa história, revelando as tensões cotidianas e os jogos de poder, nos quais estamos todos inseridos.

Quando Scott (1995) nos traz sua definição de gênero, ela pondera que, através do gênero, experienciamos uma relação de poder. Desde que podemos descobrir o sexo dos bebês, ainda durante a gestação, através da ultra-sonografia, já inscrevemos a criança, que ainda está por nascer, dentro de uma categoria. Isso significa que já estamos predeterminando quais comportamentos serão adequados e quais não serão tão bem-vindos à categoria a qual a inscrevemos. Na verdade, por toda a vida da criança, essa categoria estará presente em sua vida. Mesmo que ela não tenha consciência disso ou pense estar agindo de forma livre, sempre haverá a predeterminação da categoria gênero na condução de sua vida. O reconhecimento do *Outro* é sempre realizado a partir do lugar social que ocupamos, na sociedade, e uma das primeiras coisas que as pessoas realizam é categorizar esse *Outro*, inscrevendo-o em categorias de identificação e diferenciação. Ao agirmos dessa forma, já estamos ordenando, criando uma hierarquia e, portanto, estamos usando de poder.

Bourdieu (2002) se refere ao olhar do *Outro* como tendo um grande valor simbólico, pois o poder e a eficácia desse olhar dependem da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido; e do grau em que os esquemas de percepção e de apreciação postos em ação são conhecidos e reconhecidos por aquele a quem se aplicam. Em outras palavras, em qualquer relação social da qual fazemos parte, existe essa troca “invisível” de poder, em que o modo como iremos nos comportar depende se somos homens ou mulheres, da mesma maneira como depende se o nosso interlocutor é masculino ou feminino. O olhar dominante tem o poder de impor sua visão de si mesmo, como algo tão objetivo e coletivo, que acaba

por conduzir nossos esquemas de ação e pensamento. Essa modulação no nosso comportamento se encontra tão cristalizada e naturalizada, que nós não nos damos conta de exercer/sofrer tal poder em nossas relações sociais. Dessa forma, fecham-se e perpetuam-se nossos comportamentos, guiados pelo esquema dominador / dominado, masculino / feminino.

Louro (2001) acrescenta que as identidades de gênero e as identidades sexuais são sempre moldadas pelas redes de poder de uma sociedade e que a inscrição do gênero nos corpos traz sempre traços e marcas da cultura. Portanto, a nossa cultura e seus paradigmas se enraízam em nós de tal forma que os vivenciamos da forma dada, como certos e naturais. Através da identificação, respondemos afirmativamente a um determinado grupo e passamos a estabelecer um sentimento de pertencimento a ele.

De acordo com Perrot (1991), foi através desse viés da identificação, do pertencimento à categoria feminina, que as mulheres foram introduzidas no diagrama de forças que constituem as disciplinas, aqui entendidas como bio-poder.

O poder não é considerado como algo que um indivíduo delega a alguém, mas como uma relação de forças. O poder está em toda parte: o indivíduo sofre poder e exerce poder. Segundo Foucault (1998: 89), “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. Também devemos lembrar que, como o diagrama de forças do poder se retroalimenta, o próprio dominante sofre poder. Nesse sentido, observamos que a parte masculina / dominante também sente os efeitos do poder em forma de pressão para que corresponda ao que é esperado dele enquanto dominante, ou seja, manter essa posição de dominação. Além disso, é freqüente ouvirmos falar que um homem chorou “feito uma mulherzinha”, assinalando que o comportamento masculino

esperado é o da ausência de manifestação de afetos. A manutenção do comportamento masculino esperado exige do homem uma demanda, um investimento. Nessa dinâmica, ele (homem) sofre a pressão de ser o que esperam dele. Por isso, diz-se do poder que ele está em toda parte. Relativamente a essa questão, entendemos que Louro consegue, de uma forma muito clara, nos trazer como os sujeitos masculinos e femininos são produtores de marcas, vejamos:

Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptadores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso os sujeitos estão implicados e são participantes ativos na construção de suas identidades. (2001: 25)

Podemos depreender, a partir do fragmento acima, que o poder perpassa toda a sociedade. Mesmo não sendo uma instituição ou estrutura, ele coexiste nas situações estratégicas e diárias de uma sociedade, envolvendo toda a comunidade. Esse processo ocorre na constituição de homens e mulheres, mesmo que de forma não consciente e evidente. Cada sujeito investe, de forma permanente e ativa, na determinação de suas formas de ser e agir, de viver sua sexualidade e seu gênero.

A forma de poder a qual nos referimos é, para Foucault, a que

aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, ligando-o à sua própria identidade, impõem-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (1995: 235)

Esse poder coloca em jogo as relações entre indivíduos ou grupos, que se dão através da produção e troca de signos. As relações de poder não são, de forma alguma, simétricas, uniformes ou constantes. Elas se encontram sob várias formas e

nos mais variados contextos. A escola também é um dos pilares da perpetuação da reprodução da dominação masculina. Apesar de não estar mais presa totalmente à tutela da Igreja, ainda transmite os modelos patriarcais da representação da divisão dos sexos. De modo ainda arcaico, transmite modelos, seja através de sua hierarquia, seja na transmissão do conhecimento. As disciplinas escolares e, mais tarde, as profissões ainda são divididas como mais ou menos adequadas a cada sexo. Na escola, não só se começa a encaminhar o futuro social de cada criança, mas também representa um espaço privilegiado, em que a criança poderá ver a si mesma em relação a outras crianças e também em relação ao próprio contexto em que vive.

O exercício de poder, segundo Foucault,

É um efeito de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (1995: 243)

Logo, o poder pode ser entendido como uma possibilidade de conduta, pois, para Foucault (*idem*), o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, no sentido de que existem possibilidades de conduta, reações e comportamentos. É isso que faz o poder se tornar tão eficiente, visto que a liberdade é uma condição da existência do poder. Da mesma forma, nas relações de gênero, existem possibilidades de conduta, mas a sociedade na qual vivemos tem um código de ações e comportamentos pré-estabelecidos. Assim, se nascemos meninas, aprendemos que não devemos andar sem camisa na rua e esse comportamento se torna “naturalmente” o esperado no código de ações femininas. Esse é o poder ao qual

Foucault se refere do dia-a-dia, das atitudes e dos comportamentos diários da vida de qualquer pessoa.

Se as relações de gênero são construções sociais, é imprescindível que, entendamos de que forma e em que contextos históricos a sexualidade é produzida. Nesse sentido, precisamos compreender o papel e o conceito das disciplinas e do dispositivo da sexualidade nesse contexto histórico.

As disciplinas são operações através das quais uma população confusa transforma-se em uma organização que caminha na mesma direção, aceita as mesmas regras, vive sob o mesmo paradigma. Entende-se, aqui, que as disciplinas permitem um ajuste mais controlado entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e as relações de poder.

Segundo Foucault (1998: 131), “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolve a organização do poder sobre a vida”. A instalação das disciplinas, durante a época clássica, passa a caracterizar um poder cujo maior objetivo já não é mais matar, aniquilar, mas, ao contrário, cuidar, investir na vida e promover a saúde.

A partir desse momento, ainda durante a época clássica (séc. XVII e XVIII), ocorre um rápido desenvolvimento econômico: surgem escolas, casernas e muitas técnicas, das mais diversas formas, que tinham como objetivo obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Surge, assim, a era do “biopoder” e, pela primeira vez, na história, o biológico reflete-se no político. Para Foucault (1998), o biopoder tornou-se um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo. O poder disciplinar produz efeitos individualizantes, esquadrinha o corpo do sujeito, buscando torná-lo útil e dócil ao mesmo tempo. O biopoder não exclui o poder disciplinar, porque atua em outro nível e é auxiliado por instrumentos diferentes.



Essa tecnologia de poder, de acordo com Foucault<sup>26</sup>, “não é centrada no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas, próprios de uma população que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva” (1999: 297).

O biopoder aparece em duas direções: do lado das disciplinas, as instituições como as escolas e o exército; e do lado das regulações de população, a demografia que faz o controle entre a quantidade de habitantes e os recursos disponíveis, ou seja, que calcula a riqueza que essa população pode gerar. A articulação entre as disciplinas e suas regulações constitui a grande tecnologia do poder no século XIX: o “Dispositivo da Sexualidade”.

Tomando Revel<sup>27</sup>, que se ancora em Foucault, encontramos o seguinte:

um dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito. [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (2005: 40)

Podemos dizer, portanto, que o dispositivo é essa rede que organiza a vida de todas as pessoas, em sociedade, abrangendo tanto o que está dito e escrito, quanto as convenções paradigmáticas que aceitamos e vivenciamos como naturais. De acordo com Foucault (1998: 101), “o dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”.

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa de uma sociedade: curso no Collège de France(1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>27</sup> REVEL, Judith. **Foucault - conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

A sexualidade é constitutiva da subjetividade, ela leva as pessoas a associarem a sua identidade de forma subjetiva. Sendo um instrumento de subjetivação, a sexualidade é uma ferramenta do poder que se manifesta nas práticas, nos discursos da religião, da ciência, da moral, da política, da economia.

Ainda nas palavras de Foucault (1979: 246), encontramos a seguinte reflexão: “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam”. A família nuclear surge com o capitalismo e passa a ser um elemento essencial para a manutenção do dispositivo da sexualidade. Foi, na família, que, inicialmente, se problematizou a sexualidade das crianças e dos adolescentes. Nesse momento histórico, também o papel das crianças sofre mudanças. As crianças deixam de ser adultos em miniatura e passam a ser o centro das atenções e cuidados dentro da família, com voz ativa, isto é, elas ajudam na tomada de decisões da família. A vida familiar passa a se organizar em torno das crianças, sendo cuidados primordiais dispensados a elas, à sua saúde e à sua educação escolar. Nessa nova configuração familiar, à mulher cabe o papel de exercer um maior poder disciplinador.

Assim sendo, a mulher assume um papel primordial de disciplinadora dessa nova família nuclear. A medicalização da família, através do controle da saúde, do cuidado com as crianças, foi, para Foucault, uma das formas de intervenção do Estado, para moralizar e domesticar indivíduos. Instaura-se a concepção de que a mulher é a responsável por preservar e cuidar do presente e do futuro da força produtiva da sociedade burguesa, através do marido e dos seus filhos. Através da apresentação exemplificativa dessa nova dinâmica é que Foucault (1979) apresenta sua reflexão sobre o *micropoder*. Este se faz presente diretamente em cada célula

de cada sociedade, ou seja, em cada indivíduo na sua vida diária, em seus hábitos, costumes e comportamentos.

Segundo Foucault,

A personagem investida em primeiro lugar pelo dispositivo da sexualidade, uma das primeiras a ser 'sexualizada' foi, não devemos esquecer, a mulher 'ociosa', nos limites do 'mundo'-onde sempre deveria figurar como valor-e da família, onde lhe atribuíram novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim nasceu a mulher 'nervosa', sofrendo de 'vapores'; foi aí que a histerização das mulheres encontrou seu ponto de fixação. (1988: 114)

Partindo da compreensão do autor, lembramos que, em Perrot (2005), encontramos que a família é o ponto nodal da articulação entre os espaços público e privado, dos pais e dos filhos, dos indivíduos e do Estado. A família também assume o papel principal na reprodução da dominação masculina, visto que é, em seu núcleo, que acontecem as experiências precoces da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

Nisso temos que a mulher torna-se responsável pelos cuidados da saúde de seus filhos, da solidez da família e da salvação da sociedade. À mulher coube cuidar do privado, dos assuntos da higiene, da alimentação, enfim, do cuidado ao outro.

Na concepção de Perrot, observamos que

A análise foucaultiana dos poderes é também adequada à pesquisa sobre as mulheres e as relações entre os sexos. Ela observa os micropoderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços, as estratégias minúsculas que percorrem uma cidade ou uma casa, as formas de consentimento e de resistência, formais e informais. Ela se ocupa não somente de repressão, mas de produção dos comportamentos. Considerar como as mulheres são 'produzidas' na definição variável de sua feminilidade renova o olhar lançado sobre os sistemas educativos, seus princípios e suas práticas. (2005: 502)

Assim, ao analisarmos a construção histórica dos sujeitos, podemos compreender que o gênero é uma primeira forma de articular poder. Sendo assim,

não existe o poder de uns sobre os outros, mas relações de poder, em que os indivíduos sofrem poder e, ao mesmo tempo, exercem o poder. Os homens e as mulheres não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura. Eles se fazem através de práticas, gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas. Os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder.

A mulher, atualmente, procura um espaço para exercer seu poder. Podemos afirmar que a mulher está conquistando espaços que, há alguns anos atrás, eram exclusivamente masculinos. Ela procura se infiltrar nos domínios masculinos, afirmando suas qualidades e capacidades, buscando o *empoderamento*.

O *empoderamento* é a vontade de aumentar o poder e o controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. No caso das mulheres, refere-se ao poder de defesa das suas especificidades, da sua luta pela igualdade de direitos com os homens, na igualdade de acesso a todos os espaços, tanto da vida pública como na vida privada. Nessa ótica, encontramos em Lagarde<sup>28</sup> que afirma que:

O empoderamento das mulheres implica o desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundidos na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres hoje inexistentes. (1996: 112)

Esse termo (empoderamento) é utilizado pelas feministas para indicar o processo pelo qual as mulheres, através da conscientização de seu papel e de sua força na sociedade, lutam contra as estruturas sociais e culturais que marcaram sua

---

<sup>28</sup> LAGARDE, Marcela. **Género y Feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madri: Horas & Horas, 1996.

submissão, buscando alcançar a igualdade de direitos em relação aos homens. Já para Colling<sup>29</sup>, o empoderamento,

Derivado da palavra inglesa *empowerment* que significa dar poder, habilitar, o termo tem sido usado numa perspectiva de gênero como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas. É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. (...) O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas. (2004: 35)

Temos, então, que as mulheres buscam conquistar um espaço nesse mundo ainda tão masculinizado. Sua presença em profissões e espaços masculinos ainda é sentida como subversão e continua gerando curiosidade. Os movimentos feministas lutam por igualdades de direitos. O direito tornou-se a bandeira da democratização entre os sexos.

No entanto, entre as novas conquistas femininas e a real mudança parece existir ainda um grande abismo que precisará, sem dúvida, de muita luta das próprias mulheres e mudanças sociais, em todos os aspectos. Diante de cada conquista feminina, podemos falar que existe também um avanço do poder masculino, pois, na realidade, a distância entre os sexos se mantém inalterada.

Nesse sentido, vale a pena ver o que Bourdieu (2002), falando sobre os dualismos, acrescenta. Vejamos a seguinte passagem:

Estes, profundamente enraizados nas coisas (as estruturas) e nos corpos, não nasceram de um simples feito de nomenclatura verbal e não podem ser abolidos com um ato de magia performática- os gêneros, longe de serem simples “papéis” com que se poderia jogar à vontade, estão inscritos nos corpos e em todo universo do qual extraem sua força. (2002: 122)

---

<sup>29</sup> COLLING, Ana Maria. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Org: Strey, Marlene; Cabeda, Sônia; Prehm, Denise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

Nisso temos que, na verdade, a ponderação de Bourdieu é relativa à questão do gênero que é uma questão mais profunda, arraigada na nossa cultura, que se retroalimenta, que luta para manter a sua hegemonia, que busca, nos espaços mais rotineiros, como o trânsito, o espaço ideal para criar tentáculos que possam servir para mostrar sua força e seu poder. E sua força reside justamente no fato de que ele nos parece tão natural que não nos damos conta disso.

## 2 TEMPOS DIFERENTES, DISCURSOS IGUAIS

No presente capítulo, detemo-nos nos principais discursos que levaram a história a ser escrita da forma como a conhecemos. Para compreendermos por que as mulheres consentiram, nas representações dominantes da diferença entre os sexos, precisamos estudar os discursos e as práticas que, ao longo da história, foram incansavelmente repetidas, e, conseqüentemente, passaram a inscrever-se nos pensamentos e comportamentos de homens e mulheres.

Entendemos que, por isso, faz-se necessária uma breve explicação sobre a noção *discurso* que estamos utilizando em nossa pesquisa. Fizemo-lo segundo a concepção foucaultiana<sup>30</sup>. Nesse sentido, é pertinente aqui transcrever sua formulação:

[...] Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estrita superfície de contato ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] Não mais tratar os discursos como um conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (1986:56)

Para Foucault (1986), o discurso não é apenas uma teoria, ele conforma sujeitos. Nesse sentido, a investigação não deve ser sobre “o que está por trás” dos textos e documentos, nem “o que se queria dizer” com aquilo, mas a descrever quais

---

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados. O enunciado é aqui entendido, sempre, como um acontecimento, que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente; “é uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que estas apareçam com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (*Idem*, p.99).

Propomo-nos a examinar, neste capítulo, o discurso Greco-Romano, o discurso Religioso e ainda discursos existentes sobre a condição feminina que perpassam a história até a atualidade.

## 2.1 As Influências do Discurso Greco-Romano

No discurso grego, a figura feminina aparece predominantemente como objeto e, muito raramente, como sujeito. Ao ser associada com o conhecimento, é que a figura feminina aparece como sujeito. É oportuno salientarmos que Sócrates foi o primeiro a utilizar a ligação entre o parto e o conhecimento. Segundo Cortella<sup>31</sup>, para o aluno dar a luz ao conhecimento, devia ser praticado a maiêutica, que era o nome que Platão dava ao método socrático de fazer perguntas ao aluno e assim, o levar a desvelar a verdade.

Fazendo uma analogia da mulher com a alma, entendia-se que, tanto uma como outra, se deixavam fertilizar. A mulher dava luz a uma criança e a alma dava luz a um conhecimento. Esse pensamento ainda existe em nossos dias quando utilizamos a expressão “tive uma luz”, para expressarmos o fato de termos tido uma nova idéia.

---

<sup>31</sup> CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2006.



Simone de Beauvoir (1960) afirma que o mundo sempre pertenceu aos homens. Entretanto, salientamos que isso não foi sempre assim. Quando os homens começaram a viver, na Polis, tanto homens como mulheres eram vistos como aptos a realizar todo tipo de atividade. Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de dividi-los para uma melhor organização da comunidade. Foram, então, divididos segundo suas peculiaridades: homens realizavam certas atividades e mulheres, outras.

Ainda em Beauvoir (1960), encontramos que foi Sócrates quem diferenciou a Polis da realidade biológica. A política surge como um terreno que é governado por regras autônomas. Até então, só no terreno da procriação, existia a diferenciação de atividades entre homens e mulheres: a mulher dá a luz, o homem a fertiliza. Os homens e as mulheres eram tidos como aptos a exercer qualquer tipo de atividade, até que os homens *superaram* as mulheres.

Portanto, na Polis, na vida social, não fazia diferença ser homem ou mulher. Na vida política, no entanto, a existência da oposição entre homens e mulheres passou a vigorar. A partir daí, os homens e as mulheres faziam as mesmas atividades, mas os homens eram conhecidos por um suposto melhor desempenho. Sócrates, para difamar as atividades que as mulheres exerciam bem, passou a fazer troça das qualidades femininas. A arte de cozinhar, de tricotar, ficou a cargo das mulheres e era tida como de pouco valor. Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento e do conhecimento, que era tão valorizado por eles. Segundo Sissa<sup>32</sup>,

---

<sup>32</sup> SISSA, Giulia. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. *In: História das Mulheres no Ocidente*. v. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

O gênero humano passa a ser homogêneo do ponto de vista da cidade e das funções sociais que a constituem, mas no seu seio subsiste a oposição masculino/feminino, reduzida doravante à diferença entre uma maneira melhor que têm os homens e uma maneira menos boa que têm as mulheres de realizar cada uma das tarefas comuns entre os sexos. (1990: 95)

Para Sócrates, segundo Sissa (1990), é o sujeito então, que valoriza, de um ponto de vista social, o saber por ele praticado. Assim, o trabalho da mulher de fiar e de cozinhar é desvalorizado, fazendo parte das atividades rotineiras da vida diária. Pensando em tempos atuais, temos que, quando o homem assume essas tarefas ditas femininas, é comum ocupar um lugar de destaque, como os grandes estilistas e chefes de cozinha internacionais.

Para Lins (1997), na Grécia, Aristóteles transformou em ciência a visão bíblica da mulher como inferior ao homem. Para ele, a semente masculina é o agente ativo que gerará meninos e a semente feminina só produzirá meninas. Aristóteles afirmava que os homens possuíam pênis e as mulheres tinham útero. Eles fertilizavam e elas se deixavam fertilizar. Assim, a mulher passou a ser conhecida por certas características, que mostram uma natureza fraca e incompleta. Ela é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma mal cozida. Segundo Beauvoir (1960), Aristóteles exprime a opinião comum da época, segundo a qual a mulher, em virtude de sua deficiência, deve permanecer em casa e subordinada ao homem.

Para os gregos, a mulher também possuía um cérebro menor do que o homem, refletindo na sua capacidade de pensamento e na realização diminuída. O corpo da mulher era comparado ao de uma criança: incompleto. Para Sissa,

Aristóteles diria que o corpo feminino se diferencia do corpo masculino pelo critério do mais ou do menos. Esse caminho quantitativo, que mede a desigualdade dos sexos, não pode ser subestimado. Porque essa diferença de mais ou menos é para Aristóteles uma categoria distinta, aquela que diferencia um pássaro de um pássaro [...] a diferença entre os animais que pertencem a um mesmo *génos*. (2006: 87, 88)

Nesse sentido, podemos pensar que, apesar de existirem dois sexos biológicos, existe apenas uma forma. O corpo da mulher, por se apresentar geralmente menor, mais fraco, com uma voz mais fina, acabou sendo representado como o corpo menos capaz. Para Aristóteles, também a menstruação era um sinal da frieza e fraqueza feminina. Ele entendia ainda que a concepção só era completada com a contribuição do espermatozóide masculino. O papel da mulher era o de ser um receptáculo, e a maternidade era um processo que dependia essencialmente do homem.

O mecanismo da ovulação somente foi descoberto no século XVIII e, somente no início do século XIX, que se reconheceu a importância da mulher na fecundação. Até então era o pai que transmitia a alma e as características perfeitas ao embrião; a mulher apenas contribuía com a matéria. Quando havia alguma imperfeição na nova criança, a culpada era a mulher que, de certa forma, não alimentara adequadamente a nova vida depositada em seu ventre pelo homem. Considerando as ponderações de Chassot<sup>33</sup>, podemos observar que:

Se da semente masculina nascesse uma fêmea, isso se devia a uma impotência de seu pai, que então gera um ser impotente: uma fêmea. Assim, a mulher é ela própria um defeito. Reduzir o dimorfismo sexual a desvios mensuráveis é uma operação vantajosa para a lógica do sistema aristotélico e do ponto de vista macroscópico mensurável nas comparações das aparências entre machos e fêmeas. Dessa forma, nas mulheres são imperfeições: a ausência de pênis, os músculos peitorais flácidos e porosos onde há leite, o sangue menstrual, menos voz, ser frágil, são alguns dos exemplos para mostrar um corpo naturalmente mutilado. (2006: 17)

Sob essa ótica da cultura grega, a mulher era tida essencialmente como inferior ao homem. Esta cultura deixou de legado, para a humanidade, sua mitologia,

---

<sup>33</sup> CHASSOT, Attico. A Ciência é Masculina? É sim senhora!... *In: Contexto e Educação. Gênero e Educação-Um diálogo necessário* – Ano XIX, n 71/72-janeiro/dezembro 2004. Impresso em 2006. Ijuí: Unijuí. 2006

segundo a qual as mulheres eram encaradas como seres lascivos, pervertidos e curiosos, através dos quais o mal e o pecado entraram no mundo dos homens. Com filósofos gregos, como Aristóteles e Platão, também ficou evidente a marcada inferioridade feminina. Tal legado grego se perpetua através dos séculos e culturas, pois foi fundante da nossa humanidade.

É importante também seguindo o pensamento grego, que possamos nos debruçar sobre a época helenística e sua transição ao período romano da nossa história.

O período helenístico é o período da história grega entre 323 a.C. e 147 a.C. O helenismo foi a concretização de um ideal de Alexandre III: o de difundir a cultura grega aos territórios conquistados. Nessa época, as ciências particulares tiveram seu primeiro e grande desenvolvimento. O helenismo marcou um período de transição para o domínio e apogeu de Roma.

Nossa abordagem busca refletir cuidadosamente sobre como o papel da mulher foi vivenciado, nessa época, em que o direito era uma área central da vida em sociedade. A importância de nos reportarmos a essa época encontra alicerce no fato de que, ainda hoje, em muitas sociedades ocidentais, o papel e o direito da mulher são guiados por essas diretrizes romanas. Para Beauvoir (1960), é o conflito entre a família e o Estado que define a história da mulher romana. Trata-se de um período em que o direito patriarcal se afirma, ao mesmo tempo, em que a família é a célula da sociedade.

Através de seu código legal os romanos legitimaram a discriminação da mulher. Através da instituição jurídica do *paterfamilias*, que atribuía ao homem poderes sobre a mulher, os filhos, servos e escravos. Para Colling (2004), na civilização romana, o Direito assume o papel de perpetuar essas diferenças,

legitimando-as. O código romano coloca as mulheres sob tutela e, dessa forma, declara a sua “imbecilidade”, no sentido de que elas não podem responder por si mesmas, elas precisam da tutela permanente de um homem.

Tudo que foi dito e escrito sobre os direitos da mulher nos fala da desigualdade das mulheres. O ponto nodal, com certeza, é a exclusão das mulheres de tudo que se referia à vida pública, ao poder de decisão em nome de outras pessoas, em nome da sua “incapacidade”. A mulher, portanto, ficou excluída de qualquer participação na vida pública e política.

A divisão dos sexos era um regulamento, uma arbitrariedade. Embora homens e mulheres fossem separados, teriam que se unir de outra forma. Esta outra forma de união era o casamento, cujos traços característicos podem ser encontrados na percepção, no entendimento dele que ainda hoje é comum.

O casamento era a forma de manter e renovar infinitamente a estrutura, através de uma organização que também seguraria a reprodução da sociedade, na medida em que fazia de homens e mulheres, pais e mães, respectivamente. A separação e o encontro dos sexos era uma parte fundamental para a manutenção da ordem.

De acordo com as reflexões de Thomas<sup>34</sup>

Cícero associava todo o desenvolvimento social a esse momento primordial de conjunção dos sexos. Era esta união que produzia, em primeiro lugar, a descendência, prolongada por várias gerações, até a primeira cisão das unidades constituídas em torno do casal originário; era ele, em seguida que, em círculos progressivamente alargados, multiplicava as relações da sociedade através da aliança, da cidadania, da nacionalidade. (1990: 130)

---

<sup>34</sup> THOMAS, Yan. A diferença dos sexos no direito romano. *In: História das Mulheres no Ocidente*. v. 1 . Edições Afrontamento. Porto. 1990.

Observamos que a obrigatória separação dos sexos fica a serviço de uma definição formal de seus papéis e, tudo isso, em um sistema que acaba dando pouco espaço para a parte biológica. Cabe salientar que a educação continua proibida para as romanas.

Homem e mulher ficam assim denominados: pai de família (*paterfamilias*) e mãe de família (*materfamilias*). E fica subentendido que a função da mulher era presentear seu marido com filhos legítimos. Assim, ela garantia também o direito de ser denominada uma mãe de família. Na verdade, o casamento foi mais uma ideia a serviço do homem: (a) a garantia de que a prole, gerada com sua esposa, era legítima; (b) a garantia da sucessão e continuidade de sua família e de seus bens.

Aqui está colocada também a preocupação com o direito de herança. A mulher entrava no casamento pelo regime marital e podia ser então considerada, em termos de sucessão, como irmã de seus filhos, visto que estavam eles na dependência da esfera jurídica de um mesmo chefe de família. Segundo Thomas (1990: 143), “de modo que, no seu conjunto, a ordem sucessória agnática – ordem que excluía completamente a filiação materna – era uma construção jurídica cujo cerne constituído pela unidade e continuidade do poder”.

Mesmo quando a mulher deixava, em seu testamento, bens para algum herdeiro, essa transação dependia da aprovação de um tutor, o que deixava a situação novamente na mão de um homem. Em suma, a situação de herança era desproporcionalmente favorável aos homens.

Tal status é, na verdade, resultado de vários acontecimentos. Não podemos, portanto, nos atermos a um só. Uma das coisas que mais chamam a atenção é que a mulher não era considerada capaz de cuidar de seus direitos. Para o direito romano, que imperava na Idade Média, a mulher era a eterna menor. Ela era

considerada incapaz de cuidar dos direitos de outras pessoas e de seus próprios interesses. Esse sistema permaneceu na corrente de desenvolvimento da sociedade como um todo e acabou se perpetuando e dando a origem da idéia de que a mulher é a responsável pela casa, ao passo que o homem é o responsável pela vida pública, pela política. Nessa linha de pensamento, consideremos as palavras que Simone de Beauvoir nos coloca:

A mulher será estritamente escravizada ao patrimônio e, destarte, ao grupo familiar: as leis privam-na mesmo de todas garantias que eram reconhecidas às mulheres gregas; a mulher passa a existência na incapacidade e na servidão . Bem entendido, está excluída dos negócios públicos, todo 'ofício viril' é-lhe rigorosamente proibido; e, em sua vida civil, é ela uma eterna menor. (1960: 113)

Dessa forma, criou-se a convenção de que a mulher passava da mão do pai para a do esposo e, em casos especiais, para as mãos de um tutor. Sob o pretexto de cuidar dela, a mulher era criada como uma incapaz de cuidar de si mesma e, por conseqüência, de qualquer coisa que dissesse respeito à vida pública.

## **2.2 As Influências do Discurso Religioso**

A Igreja e seus discursos, entre outras instâncias, são considerados importantes pilares de sustentação, ao longo de boa parte da história da humanidade, da dominação sobre as mulheres. Ela dita normas e costumes, determina comportamentos e faz uma clara divisão entre o bem e o mal, entre o certo e o errado. Embora, muitas vezes, inconsciente, é ela que nos dita valores morais e nos faz lidar com a idéia de sermos pecadores. Seu poder é tão grande que, mesmo as pessoas que confessadamente não são religiosas, vivem conforme os preceitos dessa cultura judaico-cristã.

O discurso religioso influenciou, de maneira decisiva, o modo como a mulher é vista na sociedade ocidental. É um discurso poderoso, assim como outros que ditaram normas e regras na/para a sociedade, e seus efeitos sobre a imagem da mulher são devastadores e muito potentes. Tais efeitos fazem-se sentir até os dias atuais, em que ainda se procura “doutrinar” as mulheres. Mesmo que muitas normas e regras foram abolidas, subjetivamente, elas continuam a se perpetuar, alimentadas pela tradição, passadas de geração a geração. Relativamente a essa questão, Bourdieu afirma que:

Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio, sobretudo da simbologia dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religioso(marcado pela correspondência entre a estrutura do ano litúrgico e a do ano agrário). (2002: 103)

Nas grandes religiões monoteístas, a simbologia e os dogmas utilizados assumem a desigualdade dos sexos, sendo o masculino o pólo positivo, superior. Deus, mesmo não tendo sexo, é pensado como sendo do gênero masculino. No Gênesis, o homem surge primeiro e a mulher veio depois, para fazer companhia ao homem. Na verdade, o cristianismo atribui uma alma para a mulher, mas sempre subjugada ao homem.

Esta subjugação das mulheres aos homens sofre diretamente a influência do poderoso discurso da Igreja. Se os homens, sempre na sua figura masculina, representaram o poder, devemos isso ao fato de o direito sexual ou conjugal



preceder o direito de paternidade. Para que Adão fosse pai, era necessário que Eva se tornasse mãe. Em Pateman<sup>35</sup> encontramos o seguinte:

Flimer deixa claro que o direito político de Adão está originalmente estabelecido no seu direito de marido sobre Eva: 'Deus deu a Adão (...)a autoridade sobre a mulher 'e, citando o Gênesis 3:16, 'Deus estabeleceu que Adão dominará sua mulher, e os desejos dela estarão submetidos aos dele'. (1993: 133)

O direito político originário não era, portanto, o paterno, mas sim o conjugal. A explicação para o fato de Adão dominar sua mulher é a de que o homem é a parte mais importante na procriação. O pai (Adão) fica assim representado como detentor originário do governo, representando o pai de toda humanidade. Se Adão é pai de toda humanidade, também é pai de Eva, pois ela foi criada depois de Adão. Pateman (1988) nos fala que, na teoria patriarcal, o pai não é somente um dos pais: ele é o *pai*, o ser capaz de gerar direito político. Aqui percebemos como os discursos se entrelaçam, ao longo da história, guiando a humanidade através da política, da religião, da cultura, da educação. As pessoas, ao circularem por esses espaços legítimos da nossa sociedade, ao mesmo tempo em que reproduzem os discursos, os legitimam e os naturalizam.

No Cristianismo, a figura da mulher passa a ser extremamente perigosa, lembrando sempre o pecado original, o pecado da carne. Beauvoir nos coloca que:

Todos os padres da Igreja insistem no fato de que ela conduziu Adão ao pecado. Cumpra citar de novo as palavras de Tertuliano: 'Mulher! És a porta do diabo. Persuadiste aquele que o diabo não ousava atacar de frente. Foi por tua causa que o filho de Deus teve de morrer. Deverias andar sempre vestida de luto e de andrajos'. Toda a literatura Cristã se esforça por exacerbar a repugnância que o homem pode sentir pela mulher. (1960: 210, 211)

---

<sup>35</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Quando usamos a metáfora do “pecado da carne”, não podemos deixar de assinalar um aspecto muito importante: que, a partir daqui, a sexualidade, enquanto pecado, passa a ser associada com o mal. O sexo, enquanto atividade que nos proporciona prazer, fica associado ao pecado. Para a igreja, o sexo possível é aquele com uma clara intenção de procriação. A maternidade é a única forma de a mulher expressar e vivenciar sua sexualidade. A sexualidade da mulher fica atrelada, então, por duas condições: a mulher deve se subordinar ao homem e dar à luz na dor.

Reiteramos que a mulher é sempre lembrada como aquela que cometeu o pecado original; portanto, ela é a origem do mal e do pecado na terra. De acordo com Colling,

No relato mítico do Éden a mulher retirou a humanidade do paraíso, por isso terá como castigo parir seus filhos com dor e ser dominada pelo marido, o que se revelará numa constante vigilância sobre seus costumes e um rigoroso confinamento doméstico. O mito da criação inaugura os espaços público e privado, a sujeição inerente ao seu próprio ser e o matrimônio e maternidade como as únicas vocações femininas. (2006: 33, 34)

O cristianismo, opondo-se ao pecado da carne, respeita a virgem consagrada. A salvação da mulher encontra-se no casamento, pois através da obediência ao seu esposo e da submissão à ordem estabelecida na sociedade, é que ela se purifica de todo pecado original. Resgatada pelo Salvador, ela renega o pecado da carne e, portanto, pode também ser uma humana e se colocar ao lado do homem. Casando, homem e mulher assumem os votos matrimoniais. Sendo o casamento uma instituição sagrada, o sexo é visto como sagrado, com o objetivo da procriação. Pelo casamento, a mulher continua anexada ao homem, o que é conveniente, pois, se tornando dócil ao homem, ela assume a imagem de santa, mãe protetora, aquela que guarda pelo bem-estar de sua família.

No Cristianismo, a virgindade é um valor supremo para as mulheres e principalmente para as moças. A Virgem Maria é seu exemplo, seu modelo e sua protetora. A Virgem concebe pela “graça do Espírito Santo”, permanecendo imaculada. Ela é a mãe em toda sua plenitude, o protótipo de mãe perfeita que alimenta, carrega o filho, o acompanha – mas ela é *somente mãe*. A virgindade antes do casamento passa a ser um capital precioso e esperado; e o corpo das mulheres passa a estar em perigo.

Através de Eva, o homem passa a possuir a natureza. Segundo as escrituras sagradas, ela foi feita para ser a companheira do homem, para ele não se sentir só. Ao homem cabe dominar a mulher e fecundá-la como faz com a terra. Dessa forma, o homem consegue dominar toda natureza. Ter uma mulher não implica só no ato sexual; implica em manter a tradição das leis de Manu, citadas por Beauvoir (1960), em que a mulher é comparada ao campo e o homem é a semente que fertiliza. Nessa ótica, a mulher, mais uma vez, é o receptáculo, o vaso, o útero passivo que acolhe, que se deixa dominar e fertilizar. Através da mulher, o homem alcança a transcendência, ou seja, domina a natureza e volta a ela na forma de preservar seus genes. A mulher garante ao homem a continuidade da vida, por isso ele precisa dela.

Logo no início do Cristianismo, as mulheres testemunhavam junto com os homens, porém não participavam do culto de forma ativa, mas sim de forma secundária. As mulheres eram excluídas do uso da palavra e do sacerdócio. Só aos clérigos, era reservado o ofício de pregar e, por isso, só eles eram instruídos para exercerem tal função. As mulheres são sua platéia muda, são aquelas para quem é voltada a pregação.

Atualmente, já encontramos muitas mulheres que pregam, o que se tornou mais popular com o advento do protestantismo. Mas, a Igreja tradicional Romana ainda muito hierárquica preserva a função de pregar, como exclusividade masculina. Perrot<sup>36</sup> assinala que:

Há aí cortes profundos, que se explicam pela história, pela idéia do pecado e da impureza feminina, pela angústia da carne, que atormenta principalmente o pensamento dos Padres da Igreja. Também pela idéia da transcendência do sagrado, que passa justamente pela recusa da carne, da sexualidade e das mulheres. Essas mulheres que é preciso conter, manter no privado, cujo corpo é preciso esconder e velar os cabelos, senão o rosto. Essas mulheres cujo ideal seria a virgindade. (1998: 139)

A partir desta passagem, podemos perceber o quanto o homem se sentia ameaçado pela mulher, pela sua sexualidade. A única forma de controlar sua natureza mítica e selvagem era lhe reservando o espaço privado, no qual, longe do olhar externo, o homem acreditava poder lhe dominar a natureza. Através dessa dominação, a mulher passava a ter o lado sagrado valorizado, assumindo papel de cuidadora, aquela que faz a ligação do homem com a natureza.

Aqui já percebemos qual era o papel designado às mulheres, qual seja: cuidar de doente, socorrer os indigentes, assegurar a paz e harmonia familiar, preservando os preceitos morais e os bons costumes. Os homens são os defensores das leis, da razão e das necessidades; ao passo que as mulheres conhecem as necessidades humanas e, como as santas, elas têm a doçura da caridade. Nesse sentido, Beauvoir afirma que:

A partir de Gregório VI , quando o celibato é imposto aos padres, o caráter perigoso da mulher é severamente sublinhado: todos os padres da Igreja lhe proclamam a abjeção. Santo Tomás será fiel a essa tradição ao declarar que a mulher é um ser 'ocasional' e incompleto, uma espécie de homem

---

<sup>36</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

falhado. 'O homem é a cabeça da mulher, assim como o cristo é a cabeça do homem', escreve. 'É constante que a mulher se destine a viver sob o domínio do homem e não tenha por si mesma nenhuma autoridade.' (1960: 119)

Era importante, para os homens, que as mulheres se mantivessem dóceis e submissas. Nesse meio, surge a figura da Virgem Maria, que era mulher, mas santa. A igreja faz da figura da Virgem um ícone da mãe sofredora, sacrificada, passiva e escrava do filho. A Virgem Maria é a figura invertida de Eva: enquanto a primeira é a mediadora da salvação, a segunda mediou o pecado do homem. Com Maria, mãe de Cristo, a maternidade atinge o status sagrado. Nisso temos que a maternidade é uma das formas de subjugar e dominar as mulheres, lembrando-lhe sempre de seus deveres como mãe. Segundo o Cristianismo, ser mãe implica ser santa, obedecer e cuidar para que se cumpram as leis divinas. Nesse sentido, a mãe é a própria encarnação do Bem, a guardiã da moral e aquela que conduzirá seus filhos pelos caminhos traçados. Ela é a *alma* da casa, do lar, da família.

As cidades, províncias e nações também são figuras femininas. Aquela que irá esperar o homem com um abraço reconfortante, aquela em que ele irá recompor as forças da batalha. A mulher encarna, dessa forma, um refúgio com efeito regenerador. Em sua presença, o homem pode sentir-se novamente tranqüilo, reunir forças, pode deixar-se levar pela natureza, pode ser ele mesmo. Para Beauvoir (1960), glorificar a mãe é aceitar os ciclos da natureza, a vida e a morte em sua forma animal e social, aceitando a harmonia da natureza e da sociedade. Importante ressaltarmos que a mulher é glorificada no espaço privado, dentro dos lares, em que ela é tida como "a rainha do lar".

Reconhecendo-se representado na mulher, o homem pode também reconhecer sua ligação com a natureza, com o Cosmos. A alma do homem é

representada por uma mulher: *Psiquê*. A alma é o transcendente; e a mulher torna-se o corpo glorioso; venerada, ela simboliza a figura sensível da alteridade.

Assim, a mulher passa a representar o bem, através da imagem da Santa, da Mãe virginal e o mal através da pecadora, daquela que aprecia os pecados da carne. O homem procura essas duas mulheres. E, muito comumente, tinha uma mulher dentro de casa que encarnava a Santa e outra fora que era a pecadora. Dessa forma, sentia-se completo e viril. Beauvoir (1960) chama a atenção de que o maniqueísmo se introduz na vida feminina.

O maniqueísmo é uma filosofia religiosa dualista, que divide o mundo em dois pólos: o Bem e o Mal. No pensamento dualista ou binário, as oposições sustentam sempre uma hierarquia ou economia de valor que opera sempre pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro. A mulher encarna o Bem e o Mal. Para domar o Mal, o homem domina a mulher, subjugando-a, como se, dessa forma pudesse exorcizar o Mal pela vitória do Bem. Nesse processo, o papel do Discurso Religioso é fundamental, pois cria normas e regras que devem ser seguidas pelas “mulheres de bem”. E toda “mulher de bem” casava com um homem que também seguisse o modelo cristão. Para Bresciani<sup>37</sup>, esse homem é agora um novo homem que deve voltar seus interesses para o trabalho e a vida piedosa, participar de sociedades de temperança, com a crença renovada. Juntos, esse casal, através da formação de uma família, forma os legítimos representantes do que Michel Foucault (1998) chamou de “Dispositivo da Sexualidade, e que podemos entender como uma rede heterogênea de discursos, de práticas, de instituições, de leis, que têm, na

---

<sup>37</sup> BRESCIANI, Maria Stella M.. A Mulher e o Espaço Público. In: BRESCIANI, M. S. M. (Org.); SAMARA, E. (Org.); LEWKOWICZ, I. (Org.). **Jogos da Política. Imagens, representações e práticas**. 1. ed. São Paulo: ANPUH - Marco Zero - FAPESP, 1992.

sexualidade, o fio condutor de suas ações e expressões. Considerando as reflexões de Bresciani, observamos que:

A intensificação do peso sentimental conferido à casa (o lar) como lugar da 'religião doméstica' centrada na 'influência moral' da esposa e da mãe, reforçou o viés moralizante da noção de virtude do modelo cristão. Marca ainda uma nítida diferença em relação à virtude do pensamento ilustrado, fruto da razão e da capacidade de formar opinião própria. (1982: 81)

A partir do século XVII, houve um crescimento do sentimento maternal. Ser mãe era o que de mais importante podia acontecer na vida de uma mulher. A maternidade ocupava tanto a vida prática como a vida simbólica da mulher. Na vida prática, ela se via envolvida com os afazeres domésticos, garantindo alimentação, saúde e higiene para seus filhos. No plano simbólico, tornar-se mãe era a glória máxima para uma mulher, uma fonte de identidade, um acontecimento que a situava na vida da sociedade. Nos escritos de Lins<sup>38</sup> (1997), encontramos que a Igreja, utilizando-se da proibição sexual, passou a exercer a confissão auditiva, através da qual podia realizar um minucioso controle sobre a vida e a sexualidades das pessoas. Vejamos o seguinte fragmento textual de Lins:

Encarregando-se do controle da sexualidade e traçando-lhe limites estreitos, o cristianismo faz de todo homem um pecador, tendo-o à sua mercê, pois somente a Igreja, através do sacramento da penitência, possui a chave da Redenção. E esse método é tão eficaz que o pecador reincidirá, quase que inelutavelmente. (1997: 57)

Sendo a função materna um pilar da sociedade, ela torna-se um fato social. A política investe no corpo e na saúde; conseqüentemente, o controle da natalidade entra em evidência. Este controle, que aparece nas sociedades ocidentais, a partir

---

<sup>38</sup> LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda – Arejando Nossas Idéias a respeito de Amor e Sexo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

do Renascimento, vai gerar uma série de mudanças. A mais importante mudança é que, com o advento de métodos de contracepção, a mulher passa a poder escolher quando e se terá filhos. Ela passa a dispor de seu corpo com uma autonomia que ainda não era conhecida. O aborto e a contracepção entram na pauta da discussão da sociedade.

A Igreja Católica, ainda nos dias de hoje, é totalmente contrária a um controle da natalidade. Ela tem uma política que valoriza as famílias numerosas e as mulheres que não trabalham fora. Com uma grande família, torna-se praticamente inviável para a mulher trabalhar fora de casa. A Igreja, portanto, mantém-se favorável ao patriarcalismo, ao paternalismo e à submissão das mulheres.

Teólogos e médicos se apoiaram nesse Discurso Religioso para explicar a dependência e a fragilidade da mulher. Na verdade, esses discursos se apoiam mutuamente e se entrelaçam, ditando normas e comportamentos, criando sujeitos. O Discurso Religioso, sem dúvida, é um dos pilares de formação da nossa cultura ocidental. Beauvoir (1960) acrescenta que todos os códigos europeus são redigidos segundo códigos que desvalorizam a mulher. Todos os países conhecem a propriedade privada e a família, e submetem-se a essas instituições. Uma das conseqüências dessa submissão feminina ao “lar” é a franca existência da prostituição.

### **2.3 Os Discursos na Sociedade Atual**

Até agora nos ativemos a examinar alguns discursos que, ao longo da história da humanidade, contribuíram para que as relações de gênero atingissem a



configuração atual. Cabe a pergunta, então: como se encontram configurados os papéis masculinos e femininos, na sociedade atual?

Para podermos refletir sobre isso, vamos buscar indícios em estatísticas, em mensagens enviadas via *internet* e em piadas que circulam por todos os lares, constituindo ferramentas para podermos desenvolver tal reflexão. Foucault (1998) nos fala que o poder está em toda parte. Importante frisarmos isso, pois devemos nos dar conta de que a produção dos discursos ocorre em toda parte, por todos os sujeitos. O que falamos e/ou contamos exerce um poder sobre as pessoas que convivem conosco e assim as teias discursivas vão sendo tecidas.

Nas palavras de Foucault, encontramos:

Que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Se de fato, são inteligíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente; não busquemos a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade (e faz funcionar); a racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes explícitas no nível limitado em que se inscrevem – cinismo local do poder – que encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá, a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mias ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos 'inventores' ou responsáveis quase nunca são hipócritas. (1998: 90,91)

Nisso temos que o poder, através dos discursos, produz sujeitos, ao mesmo tempo em que é produzido. Primeiro, refletimos sobre como estão configurados os espaços masculinos e femininos em geral e, depois, analisamos o espaço do

trânsito. Para isso, usamos alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>39</sup>.

Tanto nos cenários nacionais e internacionais, as mulheres têm ampliado, cada vez mais, seu espaço nas esferas social, política e econômica. Segundo o IBGE, o ano de 2007 é, no âmbito familiar, o que apresenta maiores mudanças. Os fatores que mais contribuem para um novo perfil da mulher brasileira foram: a redução no número de filhos por mulher, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a contribuição feminina no rendimento familiar, o aumento do número de mulheres como referência familiar e no comando da família, entre outros. Associados a esses fatores, figuram vários movimentos a favor da libertação feminina, pautados não só por mulheres. O conjunto dos elementos acima mencionados acaba promovendo mudanças nas relações entre homens e mulheres. Para Pisano<sup>40</sup>, o fato de a mulher ter acesso a certos espaços de poder não significa que ela consiga de fato tocar o ápice de cultura ainda masculina. Nisso temos então, que precisamos analisar que tipo de espaço a mulher conseguiu conquistar e o que significam esses espaços para a sociedade.

Cabe esclarecermos que nossa reflexão está voltada para a observação e análise de que tipos de mudanças acontecem e se elas efetivamente representam alguma alteração na base das relações sociais.

Em relação à questão da maternidade, vimos que houve redução no número de filhos por mulher. Considerando os dados do IBGE, podemos observar que, em 2006, das 32,7 milhões de mulheres com filhos: 30,9% tinham um filho; 33,3%, dois

---

<sup>39</sup> IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais-Uma Análise das condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>40</sup> PISANO, Margarita. **El Triunfo de la Masculinidad**. Fem-e-livros. PDF, 2004.

filhos; e 35,8%, três filhos. Comparativamente a estes números, dez anos antes, ou seja, em 1996, os percentuais eram, respectivamente: 25,0%; 30,1%; e 44,9%.

Quanto ao item fecundidade, constatamos também uma sensível redução, uma vez que a proporção de mulheres brasileiras com três filhos ou mais, passou de 63,2% para 48,6%. Isso representa 14,6%: uma redução de mais (bem mais) de um décimo (1/10) em dez anos ou, ainda, uma redução média de 1,46% ao ano. Com métodos contraceptivos cada vez mais eficientes, a mulher passa a ter um controle cada vez maior sobre uma possível gravidez. Isso permite que ela também possa se inserir, com mais dedicação, no mercado de trabalho. A família nuclear se torna cada vez menor.

Simultaneamente a esses índices, percebemos que o nível de ocupação das mulheres aumentou quase 5 p.p., ao passo que para os homens ocorreu uma redução de cerca de 1 p.p.<sup>41</sup>.

A maior participação das mulheres, no mercado de trabalho, tem se concentrado em quatro grandes categorias ocupacionais que, juntas, compreendem cerca de 70% da mão-de-obra feminina, quais sejam: serviços em geral (30,7%); trabalho agrícola (15%); serviços administrativos (11,8%).

Para as mulheres ocupadas com maior nível de escolaridade, em uma média de 12 anos de estudo ou mais, a inserção no mercado de trabalho é mais intensa nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, totalizando um índice de 44,5%. Salientamos que, não raro, essas áreas de trabalho são consideradas femininas, já que há uma sutil – às vezes, nem tão sutil assim – associação as atividades do privado: família, filhos, etc.

---

<sup>41</sup> A referência 5 p.p. e 1p.p. significa, respectivamente, cinco e um pontos percentuais.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são 51,7% das mulheres que têm empregos vulneráveis, ou seja, trabalham por conta própria ou são trabalhadoras auxiliares ou familiares. Isso significa que as mulheres estão entrando no mercado de trabalho nos setores mais precários, o que significa também menores salários.

No caso da população masculina mais qualificada, a inserção no mercado de trabalho é, em geral, mais diversificada e em atividades melhor remuneradas, o que, de certa forma, explica parte da desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao rendimento. Observamos ainda que 23,6% deles estão em outras atividades; 16,7%, na indústria; 15,9%, nos setores de educação, saúde e serviço social; 14,7%, no comércio e reparação; e 13,3%, na administração pública.

Analisando os dados trazidos até aqui sobre a ocupação de homens e mulheres, podemos perceber que o que Pisano (2004) nos coloca sobre isso encontra eco na prática. Para ela, os lugares que as mulheres ocupam são simbolicamente inferiores aos ocupados pelos homens, e esses espaços que ela ocupa, são essenciais para o funcionamento do sistema; assim, vemos a grande maioria das mulheres empregadas, em serviços gerais, e em atividades ligadas à saúde e à educação. Os cargos mais bem remunerados e de chefia, ainda são ocupados por homens.

A qualificação feminina tem se intensificado, nos últimos anos, e tende a ser cada vez maior. Por exemplo, em 1996, o número de estudantes femininos, em nível superior, era de 55,3% do total dos estudantes; já, em 2006, este número passou para 57,5% – mais de 2% em dez anos. A mulher tem buscado cada vez mais conseguir um lugar de destaque no mercado de trabalho. Percebemos, assim, que

as mulheres procuram estar cada vez mais qualificadas, fazendo cursos e investindo na carreira.

Outro aspecto interessante, que pode ser encontrado nos dados do IBGE, é o número de mulheres que são indicadas como a pessoa de referência da família, cujo aumento é considerável. Em uma década, quase duplicou: passou de 10,3 milhões, em 1996, para 18,5 milhões, em 2006. Em números percentuais, a proporção de mulheres, na condição de pessoa de referência, de 51% passou para 54%. Esses números associados aos índices de escolaridade e à inserção no mercado de trabalho nos permitem pensar que um dos aspectos que determina a nomeação pelos membros da família, especificamente da mulher como a pessoa de referência, está relacionado com uma condição crescente de independência feminina, tendo em vista fundamentalmente a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma maior contribuição no rendimento da família.

Precisamos, por outro lado, considerar que, em relação à jornada média semanal despendida em afazeres domésticos, as mulheres trabalham mais do que o dobro dos homens nessas atividades, chegando a 24,8 horas de trabalho doméstico feminino.

Isso nos leva a concluir que, apesar de todas as mudanças pelas quais as mulheres estão passando em vários âmbitos, nas relações sociais, a realização dos afazeres domésticos continua predominantemente sob a responsabilidade da mulher. Somente metade dos homens realiza afazeres domésticos – especificamente 51,4% –, enquanto que nove (9) de cada dez (10) mulheres, tem/tinham essa atribuição, o que representa cerca de 90%. Esse dado nos permite afirmar que, nos lares brasileiros, ainda não existe uma significativa divisão das tarefas domésticas e que, portanto, a mulher cumpre geralmente duas jornadas de

trabalho: em casa e fora dela. Eis que aqui se desnuda uma prova latente da desigualdade entre homens e mulheres, uma face perversa das atuais relações de gênero. O trabalho da mulher ainda é visto como complementar ao do homem, nisso temos que o homem ainda é tratado na família como “o provedor”, aquele que merece o descanso depois de buscar o sustento da família. Ao homem, como percebemos no cartum colocado como Anexo 01<sup>42</sup>, são conferidas as qualidades positivas de inteligência, lógica e capacidade de dirigir. A mulher, para atingir o espaço masculino, deve se tornar “um homem de saias”, ou seja, incorporar atitudes e comportamentos masculinizados. Aqui se percebe mais uma vez que é a mulher que, invade o dito espaço masculino, o homem não possui a pretensão de invadir o espaço feminino.

Os dados apontados pelo IBGE (2007) nos dão indícios de como funciona a vida na maioria dos lares brasileiros. Apesar das conquistas da mulher, no mercado brasileiro, percebemos que o cuidado com a casa, com a família, com os filhos, ainda são tarefas atribuídas como exclusividade feminina. Isso acaba levando a mulher a ter uma dupla – e até, tripla – jornada de trabalho. Sobre isso, Pisano (2004) pondera que os avanços conquistados pelas mulheres foram absorvidos sem, no entanto, provocar uma nova proposta civilizatória e cultural. A igualdade entre homens e mulheres não está ao alcance da mão, e não será com poucas mudanças que essa história terá um novo rumo.

Temos aqui dois pontos de análise que merecem nossa atenção. O primeiro é para o fato do consentimento feminino na perpetuação da dominação masculina. Segundo Bourdieu (2002), essa realidade de as mulheres ainda se encarregarem das tarefas domésticas está longe de ser um ato intelectual, consciente, livre; mas é

---

<sup>42</sup> Vide Anexo 01.

o resultado de um poder inscrito ao longo de milênios nos corpos das mulheres, que acabam por naturalizar esse comportamento. O segundo ponto é que o trabalho doméstico está inscrito na esfera feminina. Pateman<sup>43</sup> (1993) faz essa distinção ao explicar que o trabalho doméstico, legitimizado pelo casamento, é da esfera feminina, ao passo que o trabalho “fora de casa” é da esfera masculina. Para Lagrave<sup>44</sup>(1991), os homens fazem carreira, as mulheres abandonam o lar. Atualmente, a mulher avança no espaço masculino, ao passo que o homem não está realizando o mesmo movimento. Nisso temos que ela, ao trabalhar fora, divide com o homem o espaço masculino; já o espaço feminino não é dividido, ele ainda é essencialmente feminino.

Podemos observar facilmente que, em geral, no trabalho, as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens, além de suas ocupações normalmente estarem associadas a atividades que tenham a ver com o cuidado de outros (professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas), ou integram o contingente de atividades entendidas depreciativamente como mão-de-obra barata em grandes indústrias, comércios e serviços. Quanto às mulheres que ocupam cargos de chefia e direção, elas são minoria. Pisano (2004) faz uma interessante contribuição quando acrescenta que os avanços da mulher nos fazem crer em grandes mudanças, mas, na verdade, esses avanços, mesmo em áreas da política, da cultura e da economia, estão sempre focalizados e envolvidos com espaços românticos e amorosos, que estão a serviço da masculinidade. Assim, a mulher sempre acaba retornando ao papel tradicional feminino, de estar a serviço do

---

<sup>43</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>44</sup> LAGRAVE, Rose-Marie. **Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. História das Mulheres no Ocidente - O século XX**. (Org.) Duby, G. e Perrot, M. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

homem. Podemos observar nas piadas e nas frases que se apresentam no decorrer do trabalho e nos anexos, o quanto a mulher ainda está presa ao estereótipo de *mulher-objeto*, que tem sua existência atrelada a satisfazer as necessidades masculinas: “(...) as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens” (BOURDIEU, 2002: 55).

Relativamente ao trânsito, oportunidade em que se insere nosso objeto de estudo, e às relações de gênero, perguntamos: como se encontra o perfil de homens e mulheres? Questão esta que iremos desenvolver no próximo capítulo.



### 3 OS HOMENS E AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

Para podermos construir uma reflexão sobre como homens e mulheres circulam pelas ruas de cidades e por estradas, constituindo, dessa forma o que denominamos de trânsito, devemos de maneira mais peculiar nos ater em analisar que espaço é esse que é tomado pelo trânsito, pela afluência e movimento de pessoas e automóveis.

O movimento que nos interessa analisar, no presente estudo, acontece em um espaço público. As pessoas que, dirigindo seus carros, pretendem se movimentar de um ponto a outro da cidade, do Estado ou do País, utilizam as vias, que são, por excelência, espaços públicos. Podemos afirmar, então, que o trânsito ocorre no espaço público. Homens e mulheres circulam nesse espaço. Enfim, nossa investigação tem por foco os espaços públicos e privados, bem como homens e mulheres, ao longo da história, se utilizaram desses espaços para se locomover, para viver, para construir sua subjetividade. Além disso, precisamos pensar em qual é o significado desses espaços para a legitimação de seus papéis na sociedade; qual a importância e relevância desses espaços para construir o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem”.

Nesse sentido, consideramos oportuno trazer a seguinte passagem de Colling para nossa reflexão:

Mais do que a separação dos sexos entre as duas esferas, a hierarquização e a valoração direcionada a cada um dos espaços é objeto de estudo. Ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão, justiça, poder, o espaço público. (2006: 38)

O homem público sempre teve sua importância reconhecida, pela participação de forma ativa nas decisões de poder, organizando e direcionando a estrutura de poder e governo da sociedade. A mulher pública, ao contrário, é conhecida como aquela que não tem *um dono, um senhor*, portanto serve aos homens em geral. Podemos dizer que é uma mulher comum, da *vida*, pois não se preocupa em direcionar sua vida, conforme as regras ditadas pela sociedade.

Precisamos aqui desconstruir o caminho que nos levou, de forma aparentemente natural, a ter o espaço público como masculino e o privado como feminino. Para compreendermos a questão do público e do privado, temos que nos debruçar também sobre como se constituiu a dominação masculina ao longo dos tempos. Houve um movimento de dominação masculina sobre o feminino, de forma que o espaço público ficou caracterizado como masculino e o espaço privado, como feminino. Há de termos presente que essa divisão não nasceu com a humanidade; portanto, foi se constituindo ao longo do desenvolvimento dela.

O espaço público, segundo Perrot,

tem aqui dois sentidos que parcialmente se recobrem. A “esfera pública”, por oposição à esfera privada, designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública. (1998: 82)

Para os homens, o espaço público e o político se tornaram uma espécie de santuário: eles (homens), no seu poder, tomam conta e governam tanto a família como o Estado, estabelecendo e organizando as leis. Às mulheres fica reservado o espaço privado, a casa: elas são responsáveis pelos cuidados da família, dos filhos, da alimentação. Perrot (1998) cita Pitágoras que afirma que “uma mulher em público está sempre deslocada”.

A mulher sempre foi associada ao mítico, ao selvagem, ao invisível. Uma feiticeira que conhece os mistérios da vida e que, através dessa ligação com a natureza, com o incontrolável, pode tornar-se extremamente perigosa, pode manipular o bem e o mal. Ela pensa com o coração, com a emoção, ameaçando as decisões que o homem toma pautadas pela razão. Portanto, a melhor forma encontrada pelo homem para dominar esse espírito da natureza é dominando-a, delimitando seu espaço de atuação.

Bourdieu (2002) faz um interessante estudo sobre esse processo que ele denomina “Dominação Masculina”. Esse estudo o levou a tecer interessantes considerações sobre esse tema. A nossa constituição da sexualidade nos faz ignorar o fato de que cada movimento nosso, do nosso corpo, cada expressão do dia-a-dia provoca deslocamentos que estão imediatamente revestidos de significação social.

Todas as nossas atividades bem como os objetos que nos cercam estão, de forma isolada, divididos na oposição masculino/masculino que, por sua vez, correspondem ao sistema de oposições homólogas, como alto/baixo, claro/escuro, quente/frio. Essas oposições se sustentam e se complementam mutuamente, desencadeando um jogo interminável de transferências práticas e de metáforas. Essas oposições de palavras e de metáforas desencadeiam esquemas de pensamento. Para Bourdieu,

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência ; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos ciclos biológicos e cósmicos. (...). O sistema mítico-ritual desempenha aqui um papel equivalente ao que incumbe ao campo jurídico nas sociedades diferenciadas: na medida em que os princípios de visão e de divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, ele

consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial. (2002: 16)

Através dos nossos esquemas de pensamento, organizados segundo essas divisões (alto/baixo, quente/frio, úmido/ seco), acabamos caindo em um sistema circular, em que nosso pensamento encerra a evidência de relações de dominação inscritas tanto na objetividade, sob a forma de divisões objetivas, como na subjetividade, sob a forma de esquemas cognitivos que organizam as percepções das divisões objetivas. A definição social dos órgãos sexuais acontece, então, através de escolhas orientadas, que acentuam ou apagam certas diferenças. Assim, o masculino passa a ser a medida de todas as coisas, visto que é o olhar masculino que legitima toda a cadeia de ações e pensamentos, inscrevendo-os em uma natureza biológica, que é, por sua vez, uma construção social naturalizada.

Dessa forma, os papéis masculino e feminino, desempenhados na sociedade, seguem o esquema sinóptico das oposições pertinentes. O oficial, o religioso e o público ficam naturalizados como pertinentes ao masculino. Ao feminino cabe o oficioso, o mágico, o ordinário e o privado.

Perguntamo-nos: como esses papéis foram se desenvolvendo na história do contrato social? Como homens e mulheres foram ocupando seus espaços nessa nova forma de direito civil e político? Diante disso, pensemos no contrato original, que deu origem a nova sociedade civil, como sendo uma ordem social patriarcal. Esse contrato, na verdade, é um contrato sexual-social, embora a parte da história do contrato sexual tenha sido sufocada. Relativamente a essa questão, em Pateman encontramos que:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do

contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado. (1993: 16, 17)

A sociedade civil é criada pelo contrato, de forma que o contrato e o patriarcado pareçam pertencer a forças contrárias. Na verdade, o contrato é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. Patriarcado não pode ser entendido somente como regime paterno, pois o poder de um homem enquanto pai é posterior ao seu direito de homem (marido) sobre uma mulher (esposa). Então, a sociedade civil moderna está estruturada no fato de as mulheres serem subordinadas aos homens enquanto homens. Homens esses, que pertencem a uma espécie de fraternidade.

O contrato sexual tem sido também esquecido porque, como a sociedade civil está dividida em duas esferas (pública e privada), acaba por se dar uma relevância maior à esfera pública, da liberdade civil. A esfera privada não é tida como relevante, logo o casamento e o contrato matrimonial tornam-se irrelevantes.

Contudo, ao ignorar a esfera privada, ignora-se também uma parte importante do contrato original. Para Pateman (1993), a esfera pública não pode ser compreendida sem a esfera privada, assim como o contrato original é desvirtuado sem as duas partes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal.

Esses fatos são importantes para o nosso estudo, na medida em que deve ficar claro de que modo ocorre e se legitima a dominação masculina e, para isso, temos que nos concentrar no contrato social-sexual. Quando pensamos em contrato, logo pensamos que um contrato é um acordo entre duas partes sobre bens, serviços ou outras coisas materiais, mas esquecemos que a propriedade mais importante que cada um de nós possui é a propriedade sobre si mesmo. Especificamente é desta última propriedade que vamos tratar.

### 3.1 Uma Questão de “Propriedade”

A princípio, um acordo ocorre com algo que chamamos de *livre arbítrio*. Em outras palavras, o sujeito é livre para participar ou não de determinado acordo. Essa é uma premissa do contrato social. A leitura do contrato sexual, que estrategicamente ficou esquecida, nos fala que, aqui, a mulher não participa do contrato em igualdade. Ela não participa, pois ainda não é vista como um indivíduo. Se ela não é um indivíduo, ela não pode participar em igualdade de condições com o homem no contrato sexual, que chamamos de *casamento*. Sendo assim, questionam-nos: como acontece o contrato sexual e por que via?

Enfatizamos que o contrato sexual acontece pela via da dominação das mulheres pelos homens. Para isso, tomemos as palavras de Pateman que são as seguintes:

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (1993: 21)

A dicotomia que se instala quando se introduz o contrato, passa a ser entre as duas esferas que o constituem: a esfera pública, civil e a esfera privada. E essa dicotomia reflete a ordem da divisão sexual, por isso a diferença sexual é também uma diferença política. A antinomia público/privado corresponde à divisão natural/civil e entre homens/mulheres. Apesar de contrárias, as esferas pública e privada só adquirem significado uma a partir da outra, pois só podemos ter o sentido da liberdade civil quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado.

Os homens circulam de um lado a outro, entre a esfera pública e a privada, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios, lembrando que o direito conjugal não é direito paterno e sim parte do direito sexual masculino que os homens exercem, enquanto homens e não enquanto pais. Sobre isso, Pateman (1993) esclarece que a necessidade dos homens de exercerem poder sobre as mulheres advém do fato de que era necessário ao homem garantir a paternidade de sua prole. Para que ele pudesse garanti-la, era preciso inventar mecanismos que lhe assegurassem a propriedade dos filhos. Assim, os homens originam a vida política e social. E a forma que os homens acharam para garantir seus direitos foi subjugando as mulheres. O casamento, nessa ótica, foi a forma contratual criada para assegurar esse pacto de submissão.

Um contrato existe para assegurar a legítima defesa, ou seja, para assegurar que os direitos de propriedade de cada um dos indivíduos que participam desse contrato não sejam violados. Diante disso, como a mulher acaba participando desse contrato, no qual ela não é reconhecida como indivíduo?

A princípio, o que se conhece é que, para proteger a sua vida e de seus filhos, a mulher participa de um contrato de sujeição. Assim, ela se torna a serva do homem em troca de proteção e subsistência. Mas, no estado natural, não existe o domínio de uns sobre os outros, por isso é necessário, no estado civil, legitimar esse contrato de submissão através do casamento. Dessa forma, também surge a criação da família como primeira célula social e civil. O contrato sexual, então, garante ao homem o direito de exercer poder sobre as mulheres, por isso que, com o casamento, o homem não precisa mais subjugar a mulher, na medida em que isso já está subentendido no contrato. Logicamente, foram criados mecanismos que “naturalizaram” esse contrato. Assim, quando uma mulher passa a fazer parte de um

contrato sexual, subentende-se que ela consente que esse contrato é um contrato de submissão. Quando casa, a mulher passa automaticamente a ser posse do marido, mesmo que nunca tenha ouvido falar disso. Ela consente em participar com sua submissão da convenção social criada para esse fim: o casamento. Nesse sentido, lembramos Foucault ao ponderar que o consentimento feminino fortalece o poder masculino.

Entretanto, precisamos ainda analisar por que as mulheres entram nesse contrato de submissão e em troca de quê. Um contrato supõe que as partes envolvidas se reconheçam como pessoas e proprietárias. Pateman (1993) afirma que, para Hobbes, todo contrato é uma transferência mútua ou troca de direito. Toda troca é eqüitativa, ou seja, deve ser vantajosa para ambas as partes. Contudo, quanto ao contrato sexual, podemos perguntar: o que efetivamente acontece? O que é trocado?

Devemos lembrar que a troca nos contratos envolve propriedade. Esta não diz respeito somente a bens materiais, mas à propriedade, no sentido singular de propriedade, que as pessoas têm em relação a si mesmas, o que implica a troca de obediência permanente por proteção. É importante atentarmos para a questão do tempo de duração do contrato. Quando falamos em contrato sexual, a duração estabelecida é ilimitada. Isso, na realidade, se transforma no fato de que uma das partes – no caso, o homem – tem o direito de determinar como a outra parte – a mulher – cumprirá o que lhe cabe (com a sua parte na troca).

Para a pergunta “por que a mulher não pode ser incorporada à sociedade civil, devendo assim ser submissa aos homens?”, podemos pensar que é porque a suposta superioridade masculina cunhou uma base “natural” para a fragilidade feminina.



As feministas têm argumentado que toda essa diferença pode ser creditada à educação, que faz com que as mulheres pareçam menos capazes e habilidosas do que os homens. Para Pateman (1993), as mulheres têm que assumir essa condição de submissão, porque elas são naturalmente subversivas à ordem política masculina. E, então, as mulheres seriam perigosas e por quê? Elas, com seu desejo, com seu sexo, com sua fecundidade, representam o perigo, a força da natureza. Dessa forma, para que a ordem prevaleça é necessário que essa mulher-natureza seja excluída da vida política. A esse raciocínio, é pertinente acrescentar a seguinte reflexão de Perrot:

O corpo das mulheres, seu sexo, esse poço sem fundo, apavora. E, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do século XVIII, nada resolvem. Ancoram um pouco mais a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos, escrutados pelos médicos. Estes as descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstração, de criar e, acima de tudo, de governar. Elas inquietam os organizadores da cidade, que vêem nas multidões, onde elas estão tão presentes, o supremo perigo. Os psicólogos das multidões atribuem a elas os excessos da Revolução. Autoras dos massacres de setembro de 1972, incendiárias da Comuna, capazes de qualquer excesso, são as megeras e as fúrias de todas as insurreições. (1998: 8, 9)

Para domar essa mulher , esse desejo insaciável que cada mulher possui, é preciso a interferência do homem e de sua razão. Podemos ler “razão” como o direito patriarcal. Temos, então, que, segundo Pateman (*idem*, p.146), o desenvolvimento inter-relacionado da razão, da língua e das relações sociais é simultâneo ao desenvolvimento da diferença sexual; uma diferença que implica a dependência e a submissão das mulheres aos homens. Assim, dizemos que a impossibilidade das mulheres de desenvolverem a moralidade política necessária para participarem da vida política acabou sendo a “base natural” para o direito masculino. A mulher e sua própria identificação assumem o papel oposto da

instituição legal. No contrato original, a paixão e a parcialidade femininas podem ser controladas pela razão masculina.

Tal operação é que permite a constituição das famílias, que vem a ser a base natural sobre a qual os vínculos comuns se formam. E, então, para ter uma boa família e filhos bem cuidados, o homem necessita de uma “boa” mulher, no sentido de que ela não tenha interesse maior do que promover o bom andamento da vida privada do homem. Para que ela se torne uma “boa esposa”, fica implícito que ela deve estar sempre disponível para servir ao marido, por isso o contrato sexual não apresenta tempo definido. Ele é permanente. Assim, uma vez casada, uma mulher é 24 horas por dia disponível para cuidar de seu esposo e de seus interesses privados, leia-se *família*. Cabe observar que essa família surgiu não por amor, mas pela necessidade ou vontade de maior desenvolvimento econômico. Por outro lado, tornar-se esposa ainda hoje em dia é o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida. Em outras palavras, é através do casamento que a mulher é incluída na sociedade.

O trabalho doméstico, portanto, não é reconhecido como trabalho. O trabalho na vida pública, no mundo capitalista é para homens, pois é um “ganha-pão”. Tanto isso é verdade que o trabalho de dona de casa não é incluído como índice de produtividade. Conseqüentemente, o homem adquiriu o *status* de produzir valores, gerar e manter a vida política.

O contrato sexual exige que as mulheres sejam incorporadas à sociedade civil em base diferente da dos homens. Enquanto eles circulam nas esferas pública e privada, a mulher deve ficar na esfera privada. Para Pateman,

Esse contrato singular é a gênese de uma esfera privada que salienta a masculinidade – a fraternidade -, a liberdade e a igualdade do mundo público; a família fornece o exemplo de sujeição natural (da mulher) da qual

depende o significado da sociedade civil/Estado, enquanto uma esfera da liberdade. (1993: 267)

Depreendemos daí que o domínio sexual é também o principal meio de os homens afirmarem a sua masculinidade. É através do contrato sexual que fica acordado que às mulheres cabe o espaço privado. Faz-se necessário ponderarmos que, hoje em dia, as mulheres conseguiram avançar muito no espaço público. Pensemos em como elas conseguiram, aos poucos, participar cada vez mais da esfera pública?

Perrot (2005) nos coloca que a presença e a fala feminina, na vida pública, é uma inovação do século XIX. Não que as mulheres antes desse tempo não tivessem nenhuma participação na vida fora de suas casas, mas a sua participação sempre foi velada, escondida e pouco registrada. A história oficial sempre nos foi contada a partir dos registros feitos pelos homens. Mas, precisamos levar em conta que a história também apresenta brechas, lacunas, nas quais constatamos que a vida das mulheres acontecia, apesar do silêncio a que elas eram presas. O silêncio acaba por fazer parte da sua natureza – ele era esperado. A mulher devia mais ouvir do que falar, guardando as palavras para si. Era preciso (era melhor, inclusive) aceitar, conformar-se, submeter-se e calar-se. Perrot (2005) enfatiza que eram essas as posturas esperadas da mulher.

A mulher acaba, dessa forma, sendo destituída da expressão do seu pensamento. Logicamente, elas não são as únicas a sofrer desse silêncio, mas ele pesa mais sobre elas por causa da desigualdade dos sexos. As mulheres apareciam menos no espaço público, não se falava nelas e, quando se falava, era sob a visão masculina, como uma imagem, que era mais idealizada e imaginada do que real. Isso tem relação com o que as mulheres sentiam e pensavam: ainda era preciso descobrir. Interessante observarmos que os pesquisadores do assunto, ao

buscarem, em relíquias da Antigüidade, respostas para essas perguntas, confrontaram-se com a adesão das mulheres a esse olhar masculino, pois seu olhar não existia, apesar de sua existência.

Ao longo da história, o interesse crescente na vida familiar, na vida privada, acabou por colocar a mulher em evidência. Anteriormente ao fato da literatura e da escrita se tornarem mais populares, a mulher se reunia com as outras mulheres da casa e juntas costumavam praticar o que chamamos de *história oral*, momentos em que relatavam para as outras mulheres, casos, histórias e mitos. Com a popularização da escrita e da literatura, as mulheres instituíram o hábito de escrever diários, nos quais contavam seu cotidiano e expressavam seus pensamentos. O acesso à literatura também ampliava o espaço da expressão feminina. Para Perrot,

A literatura, essa epopéia do coração e da família, é, felizmente, infinitamente mais rica. Ela nos fala do cotidiano e dos 'estados da mulher', inclusive pelas mulheres que nela se intrometeram. Pois o direito das 'palavras de mulher' depende de seu acesso aos meios de expressão: o gesto, a fala, a escrita. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública, elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação e da criação: poesia e romance, sobretudo; história, às vezes; ciência e filosofia, mais dificilmente. (2005: 13)

O silêncio começou a ser rompido por fatores científicos, políticos e sociológicos. Concomitantemente com a crise dos grandes paradigmas, a reconstituição da história colocava as famílias e as mulheres no centro do interesse da investigação. Esse movimento criou uma demanda de investigação de novos objetos: a criança, a loucura, a sexualidade, a vida privada. A evidência da mulher cresceu. Também passou a ocorrer a feminização dos espaços – como a universidade. Ali, a mulher encontrou brechas para refletir sobre si, para encontrar novas expectativas e novos questionamentos. Assim, surgiram os movimentos

feministas de grande expressão que, com a chegada da esquerda ao poder, atingiram uma relativa institucionalização.

O feminismo é um movimento social que defende a igualdade de direito e de status entre homens e mulheres em todos os campos. O objetivo principal desse movimento é fazer da mulher sujeito de sua própria história. Um marco para o início do movimento das mulheres foi a Revolução Francesa, em 1789. A revolução trouxe muitas mudanças políticas. As mulheres passaram, a partir de então, a denunciar sua sujeição. Segundo Toscano e Goldenberg<sup>45</sup> (1992), foi Olympe de Gouges que instaurou, de certa forma, o feminismo como movimento, quando, em 1791, propôs a aprovação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Ao longo do século XIX, o feminismo se estruturou como movimento, na medida em que as diferenças de tratamento entre homens e mulheres ficavam cada vez mais claras e evidentes. Entre essas diferenças destacamos a diferença de salários recebidos por homens e mulheres, a discriminação das mulheres no trabalho, a dupla jornada de trabalho. O direito ao voto também foi uma das bandeiras desse movimento.

Com a Primeira Guerra Mundial, a mulher foi convocada a assumir o trabalho masculino, porém, assim que termina a guerra, elas foram novamente “chamadas ao lar”. De acordo com as reflexões de Toscano e Goldenberg,

A Revolução de 1917 introduziu uma nova visão quanto à necessidade de transformações profundas na estrutura de poder e, principalmente, nas relações de produção, como condição para mudar a situação da mulher. Daí porque, a partir dos anos 20, principalmente na Europa, o movimento feminista vai se apresentar cindido em duas linhas principais: de um lado agrupam-se as mulheres que fazem de sua luta uma questão isolada do conjunto da sociedade e que tomam como bandeira principal a luta pelo

---

<sup>45</sup> TOSCANO, Moema. GOLDENBERG, Mirian (ORG.). **A Revolução das Mulheres - Um balanço do Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

voto e pela presença mais significativa da mulher em outras instâncias que não o lar, de outro lado, as socialistas, que partem do pressuposto de que somente uma revolução, que transformasse radicalmente a sociedade, abriria espaço para uma mudança mais significativa no estatuto social da mulher. (1992: 22)

Não queremos adentrar aqui na questão das linhas do feminismo, visto que este não figura entre os objetivos de nossa pesquisa. Registramos, todavia, sua pertinência para o estudo na medida em que permite pensar de que forma esse movimento contribuiu para que a mulher avançasse em muitos espaços antes considerados estritamente masculinos.

A crise econômica mundial dos anos 30(século XX) e a Segunda Guerra Mundial marcam uma fase em que o feminismo esteve mais “parado”, ou seja, entrou num processo de relativa paralisia. O fascismo e as grandes alianças dos países que se punham ao Eixo, por exemplo, ocuparam, nesse momento, as atenções do mundo. Enfatizamos que o feminismo estava somente adormecido e, no período de pós-guerra, voltou a se fortificar enquanto movimento, com força total.

No Brasil, o feminismo só aparece como movimento organizado na segunda década do século XX e sua maior bandeira era a luta pelo direito ao voto. A conquista deste veio em 1932, já no período conhecido com Estado Novo. Neste mesmo ano, passou a vigorar a legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino, sendo que, em 1943, aconteceu a consolidação das leis trabalhistas.

Foi Simone de Beauvoir, nos anos 60 do século XX, com o lançamento do livro “O Segundo Sexo”, que acabou impulsionando uma verdadeira renovação no movimento feminista no mundo inteiro, ao afirmar que: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

As mudanças do pós-guerra, a guerra fria, as crises econômicas e políticas na América do Sul, dentre outros motivos, acabaram por desencadear um clima geral

de insatisfação e abrir espaços para a discussão de novas idéias, dentre elas a condição de inferioridade da mulher, no plano político, sua falta de representabilidade (ou pouca), as desigualdades na educação e no trabalho, impulsionaram uma ação política mais organizada.

Na fase da repressão política brasileira, que se iniciou em 1964, houve uma crescente conscientização a respeito da situação da mulher na sociedade. Algumas mulheres se organizaram contra a ditadura militar e despontaram como militantes ativas. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou o Ano Internacional da Mulher, auxiliando a derrubar muitas resistências na luta contra o feminismo. Começaram a surgir os primeiros estudos sobre a mulher, o que acabou por atrair a atenção de mulheres que estavam dispostas a discutir e a estudar a condição feminina. Assim, a condição da mulher, na sociedade, obteve cada vez mais espaço para ser discutida e questionada. Por conseqüência, o exercício da discussão e questionamento trouxe algumas mudanças reais à vida cotidiana das mulheres, como o reconhecimento da sexualidade feminina, ampliação de número de creches, possibilidade de falar sobre a violência doméstica que era até então muito mais velada. A mulher começou a transpor barreiras de espaços que antes eram considerados exclusivamente espaços públicos masculinos. A fronteira que dividia o espaço público masculino, do espaço privado feminino, com o tempo tornou-se progressivamente mais permeável. Essa movimentação só foi possível, em função da existência e identificação de lacunas históricas a serem preenchidas. Para Perrot, essa movimentação entre espaços:

Supõem complexas interações em que as mulheres desempenharam seu papel, ora individualmente, na obscuridade de gestos desconhecidos, de vidas anônimas; ora coletivamente, através de irrupções espontâneas - revoltas de subsistência, greves... - ou de ações mais organizadas; surgimento, pela caridade e pela filantropia, de uma cidadania social que

torna ainda mais berrante a deficiência do político, feminismos de todo tipo que, em sua intermitente continuidade, denunciam as injustiças e as contradições da democracia. (1998: 93)

O principal legado do feminismo é possibilitar um espaço para pensar o masculino e o feminino. O feminismo propõe uma revolução nas estruturas sociais existentes que, historicamente, estiveram alicerçadas na dominação masculina, possibilitando à mulher uma mudança de vida a partir de suas escolhas profissionais e pessoais. Desvinculando a sexualidade da maternidade, a mulher tem a possibilidade de escutar seus desejos, seus próprios interesses e de desfrutar de uma relação amorosa prazerosa, que não tenha como fim primordial a reprodução. As mulheres, na luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e espaços, é conhecida como empoderamento, conforme já vimos anteriormente neste texto. Para podermos compreender melhor as relações de gênero, precisamos nos ater às relações de poder implicadas entre homens e mulheres.

Temos, então, que as mulheres buscam conquistar um espaço nesse mundo ainda tão masculinizado. Sua presença em profissões e espaços masculinos ainda é sentida como subversão e continua gerando curiosidade. Os movimentos feministas lutam por igualdades de direitos. O direito tornou-se a bandeira da democratização entre os sexos.

No entanto, entre as novas conquistas femininas e a real mudança parece existir ainda um grande abismo que precisará, sem dúvida, de muita luta das próprias mulheres e mudanças sociais, em todos os aspectos. Diante de cada conquista feminina, podemos falar que existe também um avanço do poder masculino, pois, na realidade, a distância entre os sexos se mantém inalterada.

Nesse sentido, vale a pena ver o que Bourdieu, falando sobre os dualismos, acrescenta. Vejamos a seguinte passagem:



Estes, profundamente enraizados nas coisas (as estruturas) e nos corpos, não nasceram de um simples feito de nomenclatura verbal e não podem ser abolidos com um ato de magia performática- os gêneros, longe de serem simples 'papéis' com que se poderia jogar à vontade, estão inscritos nos corpos e em todo universo do qual extraem sua força. (2002: 122)

Nesta fala de Bourdieu, na verdade, temos que a questão do gênero é uma questão profundamente arraigada na nossa cultura, que se retroalimenta, que luta para manter a sua hegemonia, que busca, nos espaços mais rotineiros – como o trânsito –, o espaço ideal para criar tentáculos que possam servir para mostrar sua força e seu poder. Tal força se constitui, justamente, no fato de que ele nos parece tão natural que não nos damos conta disso.

### **3.2 O Espaço Público do Trânsito**

Como a nossa pesquisa enfoca as relações de gênero no espaço trânsito, buscamos compreender o porquê de o trânsito e de o automóvel possuir um espaço simbólico privilegiado na nossa sociedade. O automóvel é um meio utilizado para nos locomovermos. Ele é uma invenção recente da nossa história. Em 1908, foi montado o primeiro automóvel, no Brasil, e, a partir daí, a montagem automobilística foi crescendo. Muitas montadoras acabaram por se instalar no país, revolucionando modos, costumes e comportamentos.

Com o aumento significativo do número de automóveis, foi necessária a criação de leis que regulamentassem a sua circulação. Foi, a partir de conflitos entre o crescente número de usuários, que o Estado se viu na obrigação de criar leis que ordenassem o sistema de trânsito. No nosso país, ao conjunto dessas leis dá-se o nome de *Código Nacional do Trânsito*.

Observamos que, desde a sua criação, o automóvel foi um objeto de desejo. No início, era algo que só a burguesia podia adquirir, ficando seu valor simbólico associado ao poder, à nobreza. Mesmo com a popularização do automóvel, ele ainda é um objeto que significa prestígio, potência, valores que a sociedade capitalista enaltece e incentiva através do consumismo.

Na nossa sociedade capitalista, os produtos assumem um valor simbólico, que é o que lhe agrega valor e prestígio. A compra de um objeto com certo valor simbólico significa algo semelhante a como se a pessoa, na verdade, adquirisse aquele valor simbólico. É importante que ponderemos que tais valores mudam de sociedade para sociedade. Podemos falar, por exemplo, que o automóvel é um ícone do consumismo, pois em quase todas as sociedades ele é considerado um “signo” de grande valor, representando a potência, o poder e riqueza, tanto para homens como para mulheres. Dessa forma, o automóvel ocupa um lugar privilegiado no imaginário da nossa sociedade. Para tanto, basta prestarmos atenção nas propagandas que estimulam o consumo desse produto: facilmente, percebemos que ele é um ícone do consumismo moderno. Uma vez possuindo um bom automóvel, as pessoas sonham em um dia trocá-lo por um mais veloz, mais potente, mais luxuoso – e, assim, sucessivamente. Pelos salões de automóveis, que se realizam em todo o mundo, temos a impressão de que quase não existem limites para a imaginação, para o desejo de possuir um exemplar exclusivo.

Na verdade, os automóveis tiveram um grande valor simbólico, desde o seu surgimento na Europa, no século XIX, quando eram vistos como objetos de luxo e ícones de poder, liberdade e emoção. Somente a aristocracia possuía automóvel. Com isso criou-se uma associação entre riqueza e poder, entre possuir ou não automóvel. Ser visto com um automóvel passou a significar nobreza, poder e status.

Este que, em linhas gerais, diferenciava um possuidor de automóvel de um não possuidor. Aquele que o possuía passava a imagem de ser uma pessoa bem sucedida, que prezava a liberdade com estilo, aliada a um bom poder aquisitivo. Até nos dias atuais, ainda podemos “medir” o status social de uma pessoa pelo tipo de automóvel com o qual circula. Quase que automaticamente, um dos primeiros itens de compra obrigatório para a pessoa em ascensão social é um automóvel melhor, mais potente e luxuoso.

Para Lygia Rocha<sup>46</sup>, a partir da década de 30, os automóveis mudaram o conceito de símbolo de elegância e passaram a representar a manifestação material de desigualdades sociais, sendo vistos, muitas vezes, como os símbolos da exploração do proletariado pela burguesia. Mais tarde também eles modificaram o contexto familiar – já que muitas famílias transformaram os seus veículos em membros da família –, e o contexto social – pois organizavam diferentes formas de sociabilidade e simbologia na cultura dominante.

Aos poucos, os automóveis foram trazendo muitas transformações culturais e sociais, pois de objetos de luxo passaram a se tornar um objeto utilitário do cotidiano das pessoas. No início, eram inacessíveis ao grande público, assegurando a sensação de pertencimento a um grupo restrito e privilegiado, e sendo associados ao consumo da elite, na medida em que ofereciam status aos seus proprietários. A transformação se deu, principalmente, em áreas como distribuição da população, moradia, valores e linguagem, o que gerou uma transformação de comportamentos. Pela mobilidade que permitem, os automóveis modificaram também o ritmo de vida das pessoas, tornando-se uma exigência do mundo moderno. Em suma, além de

---

<sup>46</sup> Lygia Rocha, *In*: [www.segs.com.br](http://www.segs.com.br) . Acesso em 13.02.2008.

úteis, os automóveis são meios que servem para economizar tempo, encurtar distâncias e proporcionar independência e prestígio aos seus proprietários.

Os automóveis também influenciaram o traçado das cidades, mexendo assim, de forma intensa, com o espaço público. A construção de novos traçados deve permitir o aumento do tráfego nas ruas e também criar novos desenhos urbanos, uma vez que a fácil locomoção permite a criação de bairros mais afastados. Na medida em que representam a pessoa em movimento, o automóvel confere um indicador simbólico de velocidade e *glamour* ao seu proprietário.

Na economia e administração, os automóveis apresentam um grande valor de mercado, pois o evento da fabricação em série fez com que fossem desenvolvidas novas formas de produção, como a automatização. Mas também foram abertos novos postos de trabalho. Segundo Lygia Rocha ([www.segs.com.br](http://www.segs.com.br)), até foi criado o termo “Fordismo” para designar um novo conceito de trabalho, no qual a produção era agilizada ao especializar tarefas, hierarquizar atividades e consolidar a linha de montagem, padronizando peças, integrando verticalmente a produção e automatizando as fábricas.

O automóvel acabou gerando uma mudança de comportamento social no sentido de que se transformou em um objeto de culto e em um suporte de individualismo moderno, estando associado à representação do “eu” na vida social. Lygia Rocha (*idem*) fala que o automóvel assume um papel de *totem*, na sociedade moderna, através do qual os indivíduos procuram ostentar poder e se diferenciar dos demais. Interessante assinalarmos, embora todos saibam, que os automóveis, com exceção dos de luxo e de série limitada, são produtos em série. Ele tem o poder de conferir ao consumidor a ilusão da individualização e da exclusividade, funcionando

como expressão de estilo e como símbolo de hierarquia e prestígio; por isso, o automóvel faz parte do desejo coletivo.

Os automóveis sempre foram vistos como símbolo de masculinidade e poder. Estes símbolos são facilmente associados à velocidade e à potência dos automóveis. Quando um motorista dirige seu carro, experimenta uma sensação de poder, como se isso pudesse lhe outorgar maior poder. O automóvel é, por excelência, um símbolo de masculinidade, potência, vigor. Refletindo sobre esse fato, temos que dirigir é um espaço “duplamente” masculino, pois o espaço público é considerado masculino e dirigir um automóvel também é considerado tarefa masculina. Quando a mulher começa a dirigir, o homem sente que ela estava “invadindo” um espaço masculino. Em troca dessa invasão, as mulheres que dirigem escutam, ainda hoje, piadas depreciativas da condição feminina e, freqüentemente, são motivos de chacota. O ataque é sempre uma provocação quanto à capacidade da mulher de dirigir de forma adequada e segura, com o intuito claro de desmotivá-la, deixá-la insegura e também de demonstrar o quanto desagrada aos homens essa “invasão” de espaço. Se nos reportarmos ao início desse trabalho, veremos que, já na época de Platão, os homens desvalorizam os afazeres femininos, tudo que era realizado pelas mulheres sofria um sentido pejorativo de inferioridade. Então, não nos surpreende se ainda hoje nos deparamos com a desvalorização dos afazeres femininos. Elas obtêm a autorização para penetrar no campo masculino, mas devem consentir que o fazem de forma inferior.

Interessante observarmos que, há alguns anos, depois de passar a dirigir, a mulher, geralmente, escolhia automóveis de porte pequeno, porque estes seriam fáceis de dirigir e estacionar, além de apresentarem, em geral, formas arredondadas, o que pode ser considerado certa alusão ao corpo feminino. Atualmente, a escolha

do modelo é feita pela praticidade. Entretanto, quando uma família possui dois automóveis, geralmente o modelo menor, de menor potência e de formas mais arredondadas, acaba sendo dirigido pela mulher. Afinal, fica subentendido que ela irá utilizar, especialmente, o automóvel para facilitar suas tarefas domésticas: buscar e levar filhos, fazer as compras da casa, percorrer pequenos trajetos.

Diante dessas reflexões, perguntamos: afinal, que tipo de automóvel deseja uma mulher? Para Cátia Luz<sup>47</sup>, a mulher deseja um lugar para pendurar a bolsa; deseja mais segurança para as crianças, espaço para as compras e porta-trecos para organizar as coisas dentro do carro. A mulher influencia 80% das decisões de compra e isso faz com que se torne um alvo de investimento de marketing.

Muitas montadoras, pensando no consumo da mulher moderna, investem pesado no mercado feminino. Segundo Cátia Luz, uma montadora pensou em detalhes diferentes para automóveis dirigidos às mulheres: assento capaz de aproximar do motorista o banco de trás, especialmente projetados para crianças – bancos completamente reguláveis –, maior espaço entre o volante e os joelhos para tornar o uso de saltos mais confortáveis, marchas leves e pedais com mais precisão, espelhos no quebra-sol e boa acústica para ouvir os passageiros dos bancos traseiros. Nesse sentido, o argumento utilizado é que os automóveis devem respeitar as diferenças físicas entre homens e mulheres. No entanto, se observarmos tudo isso atentamente, podemos pensar se há e em que medida há um retorno do eterno feminino. Perguntamos: design de automóveis arredondados são ligados a um ideal de beleza? São automóveis feitos para mães e mulheres-objeto, que devem estar sempre lindas e arrumadas? Mais uma vez, concluímos que, de modo geral, automóveis são para homens! Para as mulheres, é necessário um modelo que

---

<sup>47</sup> Cátia Luz, Revista Época. In: [www.revistaepoca.com.br](http://www.revistaepoca.com.br). Acesso em 13.02.2008.

enalteça suas qualidades e seus ícones de identificação: mãe e mulher-objeto ou, conforme Pisano (2004), a inserção da mulher nos espaços privilegiados da masculinidade ainda ocorre pelo viés romântico, do cuidado com o outro.

Bourdieu (2002) coloca que, para adentrar no espaço masculino, a mulher precisa do consentimento masculino, precisa se colocar em outra posição. Assim, a mulher passa a ter a “permissão” para dirigir, desde que seja num automóvel que lembre ela própria e a todos de seu papel primordial de mãe e mulher-objeto.

O aumento do investimento em carros próprios para mulheres é o avanço do grupo de mulheres independentes e com renda própria. Segundo a revista *Época*<sup>48</sup> no Brasil, as mulheres respondem por 99% das compras de produtos de higiene e limpeza, 90% das compras de alimentos e 70% de todas as aquisições domésticas. Portanto, a mulher tornou-se uma consumidora que está no alvo das campanhas publicitárias.

A mesma revista traz ainda a informação de que, no mercado de automóveis, segundo um estudo da Volkswagen, a participação feminina dobrou nos últimos 20 anos. Em 1980, elas respondiam por 18% das compras, ao passo que hoje arrematam 40% do 1,3 milhão de automóveis comercializados no país anualmente. As mulheres também estão ocupando, cada vez mais, cargos nas montadoras. Muitas empresas têm contratado mulheres como piloto de provas, pois perceberam que elas se preocupam mais com o conforto e segurança dos outros passageiros. Em suma, para as mulheres: carros funcionais, práticos e seguros; para os homens: carros potentes, velozes e que transmitem poder e status.

Pensando na forma como se dá a escolha de um automóvel, percebemos que o maior peso da escolha recai sobre o valor simbólico que ele confere a cada

---

<sup>48</sup> Artigo disponível em [www.epoca.com.br](http://www.epoca.com.br). Acesso em 13.02.2008.

consumidor, superando o valor utilitário. Por isso, o automóvel é um produto que recebe muito investimento em propagandas.

O proprietário ou condutor de um veículo é responsável pelo prejuízo que este possa causar e, em caso de acidente, pode incorrer em graves responsabilidades, face às indenizações que lhe poderão ser exigidas. Por outro lado, existe o seguro que procura acautelar os direitos das pessoas lesionadas. Neste sentido, institucionalizou-se a obrigatoriedade de um contrato de seguro de responsabilidade civil para os veículos terrestres. A falta de seguro pode gerar, em caso de acidente, grandes problemas para a vida das pessoas, tanto para o responsável pelo acidente quanta para a pessoa que sofreu lesões corporais ou materiais.

Elaine Medaber de Araújo<sup>49</sup>, que trabalha na área de seguros, há muitos anos, publicou um artigo, em meio virtual, em que anuncia que as companhias de seguros concluíram que as mulheres são suas melhores clientes. As mulheres são mais cautelosas e tem um comportamento muito mais regrado no trânsito, batem menos e, quando o fazem, geralmente os danos são bem inferiores aos causados por acidentes com homens – conforme já vimos na tabela, apresentada na página 106, nesta dissertação, sobre infrações de homens e mulheres cometidas no trânsito. Nesse caso, os danos causados pelas mulheres ficam, de modo geral, dentro ou próximo da franquia contratada, o que torna esse negócio rentável para as seguradoras.

Podemos observar que o número de mulheres, no trânsito, ainda hoje, é inferior ao dos homens. As pesquisas apontam que 53% da população é constituída por mulheres; no entanto, apenas 29% das mulheres possuem carteira nacional de habilitação.

---

<sup>49</sup> Eliane Medaber de Araújo. *In*: [www.clubedasluluzinhas.com.br](http://www.clubedasluluzinhas.com.br). Acesso em 13.02.2008.



Considerando os acidentes fatais, que acontecem em estradas e nas cidades, vemos que os homens são responsáveis por mais de 90%, sendo a participação da mulher menor que 10%. Dessa forma, as Seguradoras do Mercado Brasileiro, concluíram que, se os riscos são menores com as condutoras, nada mais justo que um plano com custos menores para o seguro de automóvel das mulheres. Em alguns casos, os descontos podem chegar até a 30% no preço do seguro.

Quanto aos serviços de assistência 24 horas, oferecidos pelas companhias de seguro, são mais utilizados pelos homens do que pelas mulheres. Para Eliane Medaber de Araújo (*idem*), os benefícios mais utilizados pelas mulheres são os descontos em casas noturnas, salões de beleza e academias de ginástica.

Na média, as mulheres pagam cerca de 15% menos pelo seu seguro em relação aos homens com o mesmo perfil, idade e tempo de habilitação. Tanto quando são incluídas como principal condutor, como quando são condutores secundários.

As seguradoras já perceberam que vale investir massivamente em produtos voltados à mulher, por dois bons motivos: primeiro, é que, cada vez mais, são elas quem ditam as regras do consumo; e, segundo, porque a mulher se protege mais de acidentes. Isso acaba por gerar maior rentabilidade para as seguradoras.

Como esse trabalho pretende ser um espaço de reflexão sobre as relações de gênero, questionamos até que ponto as seguradoras, de forma velada (ou não?), também acabam por reforçar o status passivo das mulheres, quando a recompensam financeiramente com descontos pelo comportamento de serem o que é esperado das “boas meninas”: atenciosas, cuidadosas, passivas.

Percebemos, assim, que o trânsito é um espaço simbólico muito rico para podermos analisar de que forma as relações de gênero estão estruturadas na nossa sociedade.

### 3.3 Mulheres e homens no trânsito: discursos atuais

Optamos por organizar a presente subseção para pensar sobre os discursos que, concretamente, permeiam as relações de gênero no trânsito. Nesse sentido, convidamos o leitor para observar a seguinte figura e o enunciado nela apresentado:

Figura 1: “Ela só queria estacionar”



Nesta figura, aparece um acidente automobilístico, junto com a fotografia de uma mulher e do enunciado “Ela só queria estacionar”. Isso não deixa dúvidas de que o acidente foi causado por uma mulher (ela) que *apenas* tinha a intenção estacionar. Há uma ironia. A palavra “só” aqui caracteriza que ela apenas queria estacionar, colocando o ato de estacionar como uma tarefa extremamente fácil e corriqueira. Apesar dessa tarefa fácil, a mulher não consegue realizá-la. Ela é colocada como incapaz.

Considerando as duas figuras seguintes que representam os cérebros masculino e feminino, podemos observar que estão divididos de acordo com suas capacidades – bastante distintas. Vejamos as figuras:

Figura 2: Habilidades Femininas

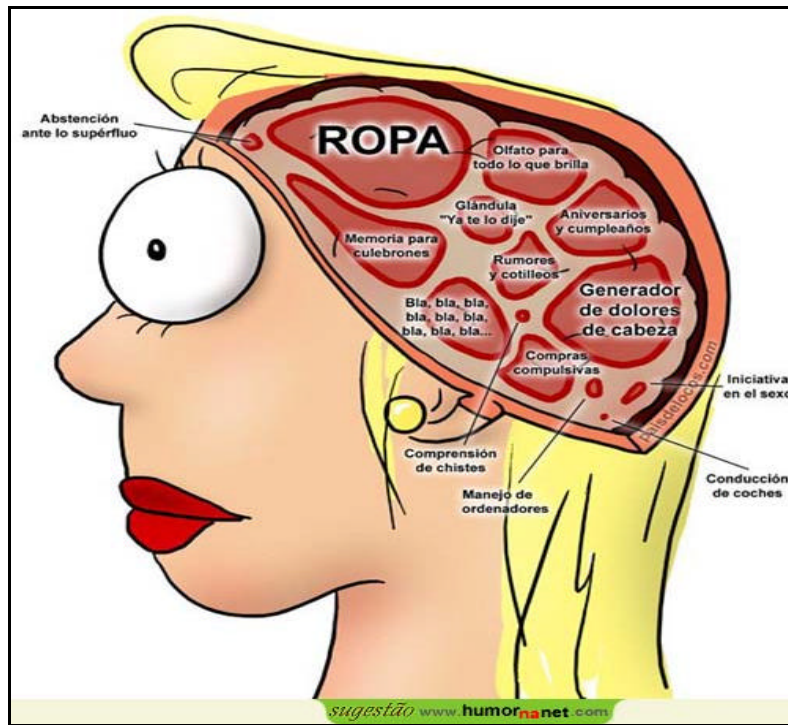
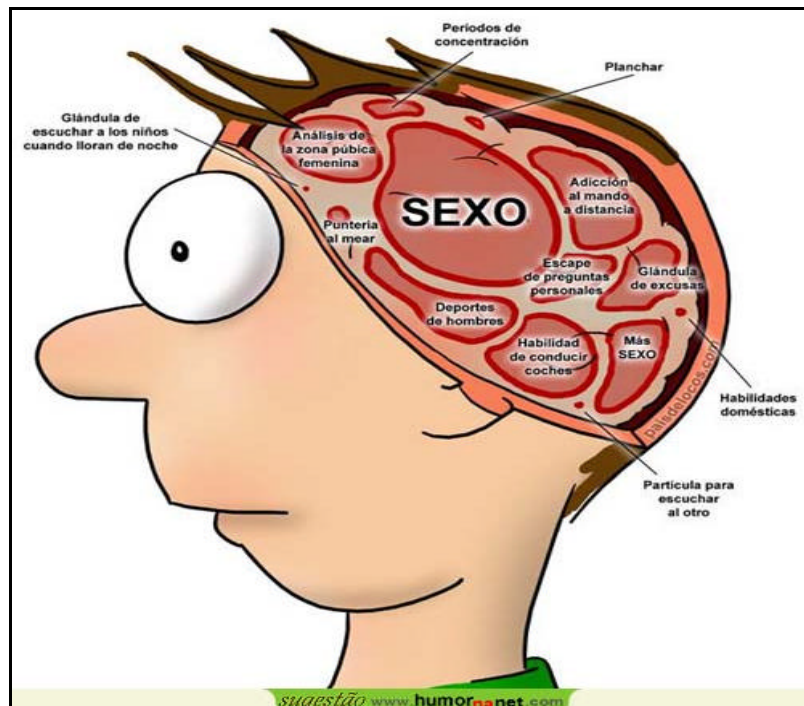


Figura 3: Habilidades Masculinas



Podemos observar que as capacidades da mulher estão divididas em atividades pejorativas, como comprar demais, falar demais, ser atraídas por coisas brilhosas, ter capacidade mínima para dirigir um automóvel. Já a capacidade masculina mais enfatizada é a sexual, seguida das capacidades de analisar mulheres e de dirigir automóveis. São formas de apresentar visões e discursos que vão tecendo suas redes de sentidos, moldando sujeitos.

Quando surgiram os primeiros automóveis, dirigir era uma função reservada exclusivamente para os homens. As mulheres assumiram a direção de um automóvel somente anos depois. Por muito tempo, elas foram conduzidas por cocheiros e, mais tarde, por motoristas. Para o homem, dirigir é algo absolutamente natural e necessário. O primeiro brinquedo que os meninos ganham, ao lado de uma bola, geralmente é um carrinho. As meninas, por sua vez, ganham uma boneca. O brinquedo, conforme Lebovici & Diatkine<sup>50</sup> (1988), é uma expressão da cultura, característico de toda estrutura social. As crianças brincam e, de forma “não séria”, assimilam normas, regras e comportamentos de sua cultura. Brincando, elas podem experimentar papéis sociais e introjetar regras e disciplina. Brincando, aprendem o que significa ser menino e ser menina, quais são os comportamentos que a sociedade espera de meninos e de meninas. As crianças brincam, e brincando se constituem sujeitos. Dessa forma, os meninos logo percebem que carros é “coisa de menino” e que demonstrar seu gosto por carrinhos é algo bem visto socialmente. E, se é bem visto, isso quer dizer que seu brinquedo será aprovado e estimulado pela cultura. Como somos movidos pela aceitação, no nosso grupo, em busca da identificação, do pertencimento, acreditamos, desde cedo, que bonecas são para

---

<sup>50</sup> LBOVICI, S. & DIATKINE, R. **Significado e função do brinquedo na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

meninas e carrinhos para meninos. Assim temos que as noções de feminilidade e masculinidade, a idéia de gênero em si, são construções sociais, e as crianças são socializadas dentro desses arranjos de gênero já existentes. É essa socialização, essa cultura, que vai nos orientar a perceber como natural os comportamentos tidos como tipicamente masculinos ou femininos. Para Heilborn<sup>51</sup> (1999:40): “a cultura é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiro.” Nisso temos que falar de relações de gênero é falar das características atribuídas a cada um dos sexos pela sociedade e sua cultura.

Embora a educação escolar não seja o nosso foco, não podemos esquecer o papel formador que as escolas exercem sobre a noção da feminilidade e masculinidade. A identidade de gênero embora seja uma construção subjetiva, é realizada na relação com o outro, estabelecida e difundida pela cultura nas suas mais variadas esferas, entre elas a educação formal. A escola ainda reforça expectativas e aspirações quanto ao que é ser “menino” e o que é ser “menina”, é um espaço em que circulam discursos e práticas que reforçam uma cultura sexista.

Ainda hoje, se observarmos o movimento de automóveis nas ruas e estradas do mundo inteiro, veremos que, havendo um homem no automóvel, muito provavelmente será ele quem ocupa o lugar do motorista. A mulher dirige hoje em dia com muita naturalidade, mas o faz geralmente quando está sozinha ou realizando tarefas que tenham a ver com o lar, tais como levar e buscar filhos na escola, comprar mantimentos para a casa. Podemos observar, com freqüência, que,

---

<sup>51</sup> HEILBORN, Maria L. Construção de Sim, Gênero e Sexualidade. *In: O Olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

quando as esposas buscam os maridos, de automóvel, em seus trabalhos, ao avistarem os maridos, elas imediatamente passam a direção para eles. Comumente ouvimos também que, quando a família precisa se deslocar por grandes distâncias – o que, no nosso país, é muito comum – também cabe ao homem vencer esse trajeto ao volante, em nome de as estradas serem “muito perigosas”. Isso explica, em parte, por que uma grande quantidade de maridos que, impossibilitados de gozarem de férias com a família, em determinado período, se deslocam por muitos quilômetros simplesmente para deixarem a “família em segurança”, no local das férias, retornando logo após aos seus trabalhos. Essas práticas cotidianas são mais uma demonstração do quanto a cultura masculina ainda é a predominante. E são essas as atitudes que criam o que Bourdieu chama de *habitus*: o agir, sentir e pensar de forma determinada, que acaba nos guiando por ações com intenções estratégicas, mesmo que não nos demos conta disso no momento. Tais ações acabam se cristalizando e formando modelos para o comportamento de homens e mulheres. São esses modelos de comportamento introjetados pela educação que faz com que a mulher acabe por perceber como natural o fato de passar a direção do automóvel ao marido, sem questionamentos. Esse comportamento não gera questionamentos na maioria das mulheres simplesmente *porque é assim*, porque temos a nítida impressão de que sempre foi assim, e será assim, que é natural.

Trata-se de um modelo que assume um papel tão importante na realização de nossas atividades mais corriqueiras que, ao analisarmos os dados estatísticos do DETRAN, nos damos conta do quanto esse discurso é verdadeiro e poderoso, pois está em todos os lugares e atinge igualmente toda população. Nisso temos que o discurso é tão real que podemos, através das estatísticas, visualizá-lo.

Observemos a seguinte tabela das habilitações no Estado do RS:

Local/RS	Homens	Mulheres	Total de habilitações
Porto Alegre	309.582	171.242	480.824
Santo Ângelo	17.038	7.181	24. 219
Santa Rosa	15.941	6.319	22.260
Pelotas	32.332	10.867	43.199

Quadro 01: Representação do Total de Habilitações e os Gêneros

Fonte: (DETRAN, 2005).

A maioria das habilitações é feita por homens, conforme podemos constatar, na tabela acima. Estes são dados colhidos no *site* do DETRAN ([www.detran.gov.br](http://www.detran.gov.br)), que são relativos ao ano de 2005.

Passemos ao gráfico abaixo:

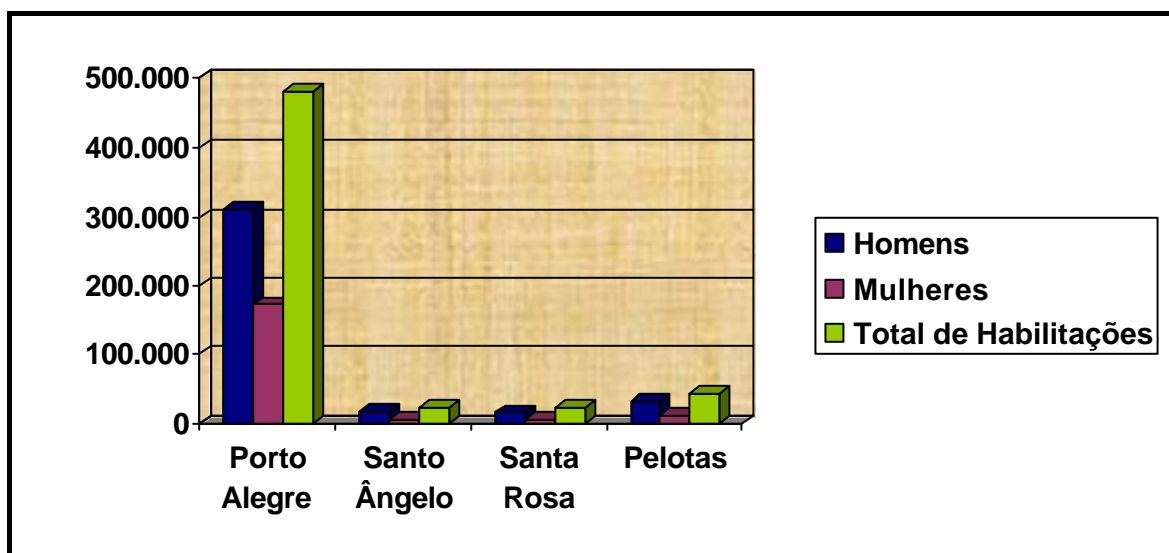


Gráfico 01: Demonstrativo da Representação do Total de Habilitações e os Gêneros

Fonte: (DETRAN, 2005).



Convertendo estes índices em números percentuais, podemos afirmar que os condutores habilitados por gênero, no RS, em 2005, encontram-se distribuídos dessa forma: os homens representam 73%, ao passo que as mulheres representam 27%. Isso revela estatisticamente que a percepção de que existem mais homens dirigindo é verdadeira.

Se considerarmos, dentre essas habilitações, as categorias ditas profissionais (“D” e “E”), constatamos que, em sua grande maioria, são requisitadas por homens.

<b>Categorias Profissionais “D” e “E”</b>	
<b>“D” Masculino</b>	<b>104.934</b>
<b>“D” Feminino</b>	<b>3.003</b>
<b>“E” Masculino</b>	<b>38.570</b>
<b>“E” Feminino</b>	<b>242</b>
<b>Número de Condutores por Gêneros envolvidos em acidentes nas Rodovias Gaúchas – 2005*</b>	
<b>Homens</b>	<b>94%</b>
<b>Mulheres</b>	<b>06%</b>
<b>Percentuais de Infrações cometidas - 2005*</b>	
<b>Homens</b>	<b>80.5 %</b>
<b>Mulheres</b>	<b>19.5%</b>

Quadro 02: Representação das Categorias Profissionais “D” e “E”

Fonte: (DETRAN, 2005).

Observemos a tabela acima que apresenta alguns dados fornecidos pela Assessoria de Estatística do DETRAN-RS, referentes a essa e outras situações no ano de 2005.

Podemos pensar que o espaço público do trânsito ainda é predominantemente masculino e, como afirma Bourdieu (2002), a mulher ainda ocupa espaço através de um representante.

Tais dados tornam-se pertinentes na ilustração desses fatores, pois a esmagadora maioria dos profissionais que utilizam veículos profissionalmente são homens. Já vemos mulheres que são motoristas de táxi, de ônibus, de caminhão e até de carros do automobilismo (de corridas), mas elas ainda são exceções e despertam a atenção e curiosidade das pessoas. Entendemos que o fato de despertarem a curiosidade de outras pessoas é um indicativo de que elas não estão nos lugares comuns e esperados para mulheres. Frequentemente, nesses espaços, elas são alvo de discriminação e chacota. Não raro observamos que as próprias mulheres vêem tais motoristas profissionais com desdém. O grande *rei da estrada* ainda é o caminhoneiro, aquele que dirige por longas distâncias, abastecendo e aquecendo a economia do país. Ele, que vive nas estradas, tendo, muitas vezes, o próprio caminhão por casa. Por muito tempo, os pára-choques de caminhões eram os estandartes do pensamento masculino, visto que, geralmente, ostentavam frases que faziam menção à mulher. Nesse trabalho, existem alguns exemplos dessas frases, que foram transcritas de pára-choques de caminhão e apresentadas em anexo. Salta-nos a pergunta: qual é a imagem de mulher que vemos ali representada? E logo, concluímos que se trata da mulher objeto, aquela que existe para servir aos homens, para ficar em casa, para ser bela, para dar prazer ao homem, aquela que existe na sociedade sob tutela. Enfim, é aquele corpo do biopoder, citado por Foucault (1998), o corpo que é uma realidade biopolítica, disciplinado para ser um corpo dócil. Segundo Bourdieu (2002), as mulheres ficam, então, reduzidas à condição de instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico e social. Sendo assim, elas se constituem como objeto da perpetuação do capital simbólico em poder dos homens.

Atualmente observamos que já existem menos frases mencionando as mulheres nos pára-choques de caminhões. Poderíamos dizer que isso significa que o preconceito e a discriminação contra as mulheres estão diminuindo? Ou seria precipitado fazer tal afirmação? Entendemos que não se trata de recuo do preconceito e da discriminação relativamente às mulheres. Nessa linha de pensamento, pensemos em Pisano (2004) ao dizer que, quando um sistema necessita ser renovado e, ao mesmo tempo, quer manter sua ideologia, ele abre questões para debate, como no caso a luta feminina, para poder reinstalar-se, modificar-se e renovar-se. O que aconteceu no caso da luta feminina foi que as piadas e a discriminação mudaram de lugar. Agora elas acontecem virtualmente. Não é considerado de bom tom para uma empresa carregar, em seu caminhão, a bandeira da discriminação feminina. Assim, o exercício da discriminação não desapareceu, ele simplesmente migrou do pára-choque de caminhão para a *internet*<sup>52</sup>. Envoltas por um suposto anonimato, na *internet*, hoje circulam piadas o tempo todo; são comuns os e-mails desvalorizando a figura feminina. As piadas contadas em roda de amigos ainda continuam acontecendo e continuam sendo discriminatórias. Existem, inclusive, *sites* especializados em piadas que desvalorizam a figura feminina e enaltecem a masculina.

Essas mensagens e piadas são discursos objetivados, que penetram em todas camadas sociais, em todos lares, que cristalizam pensamentos e direcionam comportamentos.

---

<sup>52</sup> Vide anexos 01 e 02.

Consideramos a observação também de dados, fornecidos pela Assessoria de Estatística do Detran-RS<sup>53</sup>, que mostram os números de condutores, por gênero, envolvidos em acidentes de trânsito, com vítimas fatais, nas rodovias gaúchas, no ano de 2005, também ilustrados na tabela abaixo.

Em números de pessoas vítimas fatais por acidente de trânsito, segundo a Assessoria de Estatística do Detran-RS, no ano de 2005, a distribuição é a seguinte: são 232 homens e 55 mulheres.

Outro aspecto em que há distinção gritante, no que se refere ao gênero, é quanto aos percentuais de tipos infracionais por gênero<sup>54</sup>, também no ano de 2005 e segundo a Assessoria de Estatística do Detran-RS, que apresenta os seguintes números: (a) quanto ao número de condutores envolvidos em acidentes, nas rodovias gaúchas, em 2005, temos 94% de homens e 06% de mulheres; (b) quanto aos percentuais de infrações cometidas, temos 80,5% por homens e 19,5% por mulheres.

Podemos depreender desses dados que os homens se envolvem mais em acidentes de trânsito e cometem mais infrações do que as mulheres, e também que as mulheres, quando se envolvem em acidentes, geram menos danos.

Se olharmos para além desses dados objetivos, perguntamos: considerando que as mulheres se envolvem em menos acidentes fatais e cometem menos infrações, deve-se isso ao fato de que elas dirigem menos? Elas seriam realmente mais cuidadosas? Se pensarmos em tudo que até aqui foi escrito, podemos entender esses fatos como uma construção social. Se as mulheres, como nos coloca Bourdieu (2002), estão submetidas a um trabalho de socialização que tende a

---

<sup>53</sup> Observamos que os dados referem-se às rodovias Federais e foram fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal ao DETRAN-RS.

<sup>54</sup> Vide Quadro 02.

diminuí-las, a negá-las, os homens também são prisioneiros e vítimas dessa representação dominante. Assim, ser homem implica em ter coragem, em ter uma postura, uma atitude, um comportamento que “salve sua honra”, que afirme sua superioridade. Todo um trabalho de socialização e de inculcação também é realizado com os meninos, a fim de que ele possa “agir como homem”, defendendo a sua honra e a de sua família. Em Bourdieu (2002) encontramos o seguinte fragmento:

Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da *vulnerabilidade* de honra, da h<sup>u</sup>urma(o sagrado esquerdo feminino, oposto ao sagrado direito, masculino), sempre expostas à ofensa, as mulheres são também fortes em tudo que representa as armas da fraqueza, como a astúcia diabólica, *thah<sup>u</sup>raymith* e a magia. Tudo concorre, assim para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma enorme vulnerabilidade. É esta que leva, paradoxalmente, ao investimento, obrigatório por vezes, em todos os jogos de violência masculinos, tais como em nossas sociedades os esportes, e mais especialmente os que são mais adequados a produzir os signos visíveis da masculinidade e para manifestar, bem como testar, as qualidades ditas viris, como os esportes de luta. (2002:65)

Se transportarmos esse fragmento de Bourdieu para o trânsito, somos levados a pensar que o trânsito pode ser entendido como uma “guerra urbana”, em que os gladiadores modernos lutam com suas ferramentas atuais – no caso, com os automóveis. Já falamos que o automóvel é um objeto masculino que significa potência, força, poder. Quando dirigimos o automóvel, é como se ele fosse uma extensão de nós mesmos. Para os homens em especial, o automóvel se transforma na possibilidade concreta de demonstrar sua força, virilidade e potência. Mas, para essa masculinidade ser legitimada, ela precisa ser validada pelos outros, “em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer

parte de um grupo de “verdadeiros homens” segundo Bourdieu (2002:65). As mulheres, pelo contrário, ocupam esse espaço por tutela e também o fazem de forma passiva, no sentido de não sentirem a necessidade de competir e demonstrar sua força e potência para outros motoristas.

Entre junho de 2005 e fevereiro de 2006, foram colhidas informações junto aos candidatos a Carteira Nacional de Habilitação, no que diz respeito à aprovação nos exames teóricos e práticos necessários para a obtenção da mesma, em relação ao gênero. Coletamos esses dados, nos CFC (Centro de Formação de Condutores), em que atuamos – nos municípios de Santa Rosa e Cândido Godói, na região Noroeste do RS –, tendo em vista que desempenhamos no referido período, o papel de Psicóloga Perita Examinadora de Trânsito. Registrarmos nosso respeito ao sigilo de identidade dos candidatos, utilizando dados de aprovação ou reprovação e o tipo de exame prestado, se teórico ou prático. O intuito era comprovar, em números, se realmente a mulher apresentava melhor desempenho em exames teóricos e se os homens se saíam melhor nos exames práticos. Os dados que coletamos referentes aos exames práticos e teóricos, são os seguintes:

<b>Exames Práticos</b>		
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Aprovados</b>	<b>704</b> (74.34%)	<b>321</b> (48.78 %)
<b>Reprovados</b>	<b>243</b> (25.66)	<b>337</b> (51.22 %)
<b>Total</b>	<b>947</b>	<b>658</b>
<b>Exames Teóricos</b>		
<b>Aprovados</b>	<b>572</b> (76.47 %)	<b>388</b> (88.18 %)
<b>Reprovados</b>	<b>176</b> (22.53 %)	<b>52</b> (11.82 %)
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>440</b>

Quadro 03: Representação do Total de Habilitações e os Gêneros

Fonte: (DETRAN, 2005).

A partir da observação desses dados, podemos perceber uma tendência das mulheres em apresentarem um desempenho menor que os homens nas provas práticas, enquanto que não observamos essa tendência nas provas teóricas. No caso dos homens, há uma estabilidade nos quesitos “aprovado” e “reprovado”, em ambas as provas – cerca de  $\frac{3}{4}$  para  $\frac{1}{4}$  respectivamente. Já, no caso das mulheres, os números indicam claramente uma queda acentuada no rendimento prático correlativamente aos rendimentos teóricos das mulheres.

Diante desses números e, lembrando dos outros números que trouxemos anteriormente para nossa discussão (número de acidentes, grau de danos, tipos de infrações, etc.), precisamos conduzir cuidadosamente nossas reflexões acerca das relações de gênero no trânsito, para que possamos chegar a uma real compreensão do significado dessas estatísticas. Com o objetivo de nortear nosso raciocínio, elaboramos algumas questões, que são as seguintes: (a) O que esse fato pode nos indicar? (b) Que as mulheres são realmente menos capazes quando se trata de prova prática? (c) Há uma tendência natural de maior capacidade teórica? (d) Trata-se de maior ou menor grau de esforço? (e) Como explica a diferença entre o desempenho na prova prática das mulheres e sua prática cotidiana que revela uma condução com menor número de infrações e de acidentes com vítimas fatais? (f) É possível associar desempenhos a uma suposta condição de fragilidade feminina? (g) Esses dados refletem uma realidade regional, estadual, nacional, e/ou internacional? (h) Enfim, o que revelam esses indicadores?

Como sabemos que biologicamente a mulher apresenta as mesmas capacidades que os homens para dirigir, podemos refletir que as diferenças nos escores são produzidas culturalmente. Para Pisano (2004), a resposta se encontra nas próprias mulheres, em seu interior, em que se encontram profundamente

instalada a submissão-colaboração à masculinidade, à sua cultura e às suas estruturas de poder. É como se a mulher não tivesse o direito de invadir o espaço público masculino e, quando o faz, se coloca sempre numa posição inferior ao homem. No caso do trânsito, ela também dirige, invade o espaço público, que é masculino, por excelência; mas, como é mulher, o faz de uma forma inferior, não usufruindo plenamente de todos os espaços, não usufruindo toda potência dos automóveis. Ela está ali para servir, para levar as crianças para a escola, para ir ao supermercado, não para usufruir desse objeto que representa potência, poder, prestígio. Esse prazer da fruição ainda é masculino. O homem, também no espaço do trânsito, deve ocupar seu lugar de dominador. Ele usufrui do prazer de dirigir, da liberdade, do poder que o automóvel lhe confere. Bourdieu (2002) faz interessantes colocações a esse respeito, quando afirma que a virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, é uma carga para os homens, pois eles são constantemente chamados a provar, perante os demais, a sua virilidade. Essa necessidade de provar que são “homens de verdade”, os fazem buscar a possibilidade de fazer crescer sua honra, encontrando a glória e a distinção na esfera pública. A virilidade precisa ainda ser validada pelos outros homens; por isso, não podemos nos surpreender com o grande número de jovens do sexo masculino que morrem ao participarem de “rachas”. Muitas vezes o jovem que se envolve em acidentes fatais não possui nem CNH (Carteira Nacional de Habilitação), o que reforça a questão cultural a que nos referíamos no início do trabalho, quando trazíamos a questão de que nas relações de trânsito a questão de gênero se radicaliza, pois o automóvel é uma extensão do “carrinho” que o menino brincava quando criança. O fato de o adolescente dirigir sem habilitação não é visto como uma transgressão grave e é comum haver o incentivo de familiares para que esse



jovem assuma a direção. Nas adolescentes, esse fato é menos comum, e geralmente ela espera o consentimento formal para assumir a direção de um automóvel. Estes são uma tentativa clara de, no grupo de iguais, medirem poder, potência, velocidade, símbolos da masculinidade. Já sobre a mulher, Bourdieu (2002: 76 ,77) nos coloca que: “através das esperanças subjetivas que elas impõem, as “expectativas coletivas”, positivas ou negativas, tendem a se inscrever nos corpos sob formas de disposições permanentes”. Assim as mulheres acabam por consentir sua inferioridade e acabam elas próprias, reforçando sua dependência, favorecendo o aparecimento de uma impotência aprendida. Esses discursos estão tão inscritos nos corpos das mulheres, que elas, diante de uma prova prática para obter sua CNH, experimentam dificuldades em se livrar das inscrições que a marcaram como incapaz, como inferior e acabam ocupando o lugar destinado às mulheres: o lugar da incompetência para comportamentos legitimados como masculinos.

Em relação à realização dos exames práticos e teóricos, percebemos que a maioria dos examinadores, tanto teóricos quanto práticos, são homens. Em relação aos instrutores nos CFC, também podemos observar a existência de um número parecido de profissionais masculinos que se sobrepõe aos femininos. É interessante, todavia, observar que a maioria das mulheres solicita que o instrutor das aulas práticas seja uma mulher. O motivo mencionado é que as mulheres têm mais paciência para ensinar. Ao homem cabe formatar, ditar o comportamento, aprovar, reprovar, e segundo Bourdieu (2002:78): “É característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal. A definição de excelência está, em todos os aspectos, carregada de implicações masculinas, que têm a particularidade de não se mostrarem como tais”.

Portanto, ao analisarmos as relações de gênero no trânsito, nos defrontamos com os mesmos modelos e padrões de qualquer comportamento que reflete o histórico sistema de domínio masculino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos as relações de gênero no trânsito, refletindo sobre as origens dos diferentes comportamentos que se mostram entre homens e mulheres. Ainda que já venham sendo estudadas, há muito tempo, as relações que se estabelecem historicamente entre homens e mulheres continuam despertando o interesse de pesquisadores inscritos em diferentes áreas das ciências. Geralmente, a intersecção que se faz, quando se pesquisa gênero, é dele com algo que tem existência de longa data, como ocorre com o trabalho, a maternidade/a paternidade, a educação. É comum, então, se fazer um estudo cronológico, resgatando e relacionando fatos históricos.

No entanto, não podemos esquecer que a questão do trânsito é contemporânea, é do nosso tempo. Apesar de a mobilidade ter sempre ocupado o homem, o automóvel é uma invenção muito recente. Assim, pensamos que investigar como ocorrem as relações de gênero no trânsito – esse elemento novo que foi recentemente introduzido na vida da sociedade – seria muito interessante. Aí nos perguntamos: embora o “trânsito” tenha uma história recente, a atividade de dirigir já apresenta algumas mudanças que representam conquistas femininas no que tange à igualdade de direitos? Ou será que, mesmo sendo recente o trânsito,

ele carrega os esquemas de comportamentos de uma sociedade predominantemente masculina? O que, então, o trânsito pode nos comunicar sob o ponto de vista da organização das relações entre homens e mulheres?

Às mulheres sempre foi reservado o espaço da casa, o privado. Nessa ótica, consideremos as seguintes palavras de Perrot:

A sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar. Penélope, as vestais, figuram seus antigos modelos, as que esperam e velam. Para Kant, a mulher é a casa. O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar. (2007: 135)

Por muito tempo, manter a mulher confinada no espaço privado também foi garantia de diminuir a mobilidade da mulher. Se ela, por sua natureza, era rebelde, em movimento, no espaço público, seria um perigo em potencial. Deparamo-nos, hoje em dia, com o ditado muito popular que fala: “Mulher ao volante, perigo constante”. Podemos pensar que o perigo, na verdade, se dirige ao fato de a mulher estar em movimento, de se deslocar. Em outras palavras: mulher em movimento ameaça constantemente a hegemonia masculina.

A forma que os homens encontraram para dissimular essa ameaça foi colocar a mulher em movimento, no espaço público, de forma pejorativa, tirando-lhe o brilho, o poder, a inteligência, a capacidade. Tanto se confirma isso, por exemplo, que existe até um *e-mail* que circula pela internet, segundo o qual: “Homem da vida é um homem letrado pela sabedoria adquirida ao longo da vida. Mulher da vida é uma puta. Aventureiro é um homem que arrisca, viajante, desbravador. Mulher aventureira é uma puta”. Esses são alguns dos inúmeros exemplos em que aparece, de forma evidente, a desvalorização da mulher que se lança na vida pública. Para Perrot (2007), a mulher sempre viajou, em todas as épocas e por diversos motivos.

Mas o fez, certamente, de maneira menos aventureira, menos gratuita que os homens, pois sempre esteve atrelada ao consentimento, ao apoio de outras pessoas.

Nessa linha de raciocínio, é imprescindível que destaquemos a linguagem sexista que aparece claramente nesses ditados populares. A desvalorização da mulher é evidente. O poder da linguagem é muito amplo, é ilimitado; ele contribui, de forma permanente, para a representação da ausência feminina. A linguagem é uma criação humana, uma convenção, e, como tal, serve aos interesses daqueles que dominam, ou seja, dos homens. Ela é um poderoso recurso utilizado para marcar, assinalar, segregar, de forma silenciosa e praticamente imperceptível no limbo do dia-a-dia. Quando menos percebemos e esperamos, lá aparece a linguagem para demarcar os campos masculino e feminino, embrenhada na nossa vida cotidiana.

Temos consciência de uma experiência quando a conseguimos nomear e exprimir através da linguagem. Dessa forma, a linguagem é um poderoso meio de perpetuar o poder da classe dominante. Ao nomearmos a mulher de forma pejorativa, estamos, na realidade, propagando essa idéia para toda a sociedade. Assim, quando a mulher vai realizar o processo para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, ela já vai com a idéia de que ocupar, de forma autônoma, esse espaço público, destinado aos homens, não é o mais adequado. As piadas, os ditados e os *e-mails*<sup>55</sup>, que circulam por aí, tratam de propagar o pensamento dominante, evidenciando uma machista concepção de “incapacidade” feminina. Obviamente que as próprias mulheres, de diversas formas, reforçam esse pensamento dominante. Para Bourdieu (2002: 46), as estruturas de dominação são “produto de um trabalho incessante de reprodução para o qual contribuem agentes

---

<sup>55</sup> Vide os anexos 01 e 02.

específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado”. Por isso, para entendermos de que forma ocorre a dominação masculina, temos que percorrer os discursos que a apóiam. Consideramos lamentável que a mulher aprenda, desde tenra idade, a ver essa dominação como natural, reproduzindo esquemas que reforçam seu papel de dominada.

No trânsito, percebemos vários sinais que reforçam essa dominação, mesmo que, de forma dissimulada (sutil) atendam aos apelos de consumo da “mulher moderna e liberada”, que atualmente possui um poder de compra e que participa de forma decisiva no consumo de produtos. As propagandas procuram criar o desejo de consumo nas mulheres, na medida em que seus produtos facilitam a vida da “mulher moderna que não quer perder a feminilidade”. Percebemos aqui a ambivalência que caracterizam os avanços femininos: a mulher, ao mesmo tempo em que quer se emancipar, ainda está presa ao ideal feminino de passividade e maternidade. O fato de hoje existirem carros feito especialmente para mulheres confirma que não é todo carro que é adequado para mulher, ou seja, a mulher, ser frágil, precisa de algo adequado às suas necessidades. Essas necessidades são aquelas que o plano dominante cria e que as mulheres aceitam como suas. O carro de mulher é arredondado, lembrando as formas femininas, lembra, em última instância, o útero. Seria um retorno ao eterno feminino? As propagandas de carros também reforçam o lado feminino, como a importância dispensada aos espaços e distribuição internas: lugar para guardar a bolsa; segurança reforçada para crianças; porta-malas grande para guardar compras, carrinhos de bebês e bicicletas; espelhos para retocar a maquiagem; detalhes arredondados para não desfiar as meias, etc. A mulher é envolvida por esses “jogos”, desses detalhes “tão femininos” que mal se dá conta

que, ao atender a esse discurso, continua subordinada às manipulações masculinas. Então, qual é o ideal de mulher que a propaganda reforça aqui? Imediatamente pensamos na mulher-mãe, que pode até trabalhar fora, se cuidar, mas que sempre coloca, em primeiro lugar, a maternidade, o cuidado da casa e da família. Segundo Perrot,

A sociedade ocidental promove assunção da maternidade. Ela é “aureolada” de amor, “o amor a mais”, segundo expressão de Elisabeth Badinter, que descreve o crescimento do amor maternal a partir do século XVII e o da figura da mãe, tanto nas práticas quanto nas simbólicas. (2007: 69)

Nisso temos a politização da maternidade e a importância de que a mulher continue a exercer o papel materno como vem fazendo historicamente: que a maternidade seja um ícone de identidade feminina.

Dizer que as mulheres cometem menos acidentes e menos danos no trânsito implica afirmar que a mulher dirige de forma menos agressiva, mais defensiva. Ora, ao afirmarmos isso, não estamos reforçando novamente às qualidades ditas femininas de proteção e cuidado aos outros, de doçura, de paciência? Devemos lembrar que a diferença entre os sexos se manifesta não somente nos signos hierárquicos, mas também em detalhes aparentemente insignificantes do dia-a-dia, abafados e escondidos sob a insignificância da rotina e da repetição. Os gestos e comportamentos cotidianos nos mostram a sua força e a sua importância, marcando corpos e moldando vidas.

Novamente retornamos ao eterno feminino de doação e cuidado aos outros. Estatisticamente é comprovado que os homens cometem mais acidentes e com mais danos do que as mulheres no trânsito. Infelizmente, ainda não temos dados para comparar a porcentagem de homens e mulheres que dirigem nas grandes rodovias de nosso país, mas uma observação atenta nos permite verificar que a grande

maioria dos motoristas em rodovias é formada por homens. E é fato que a maioria da população que possui Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é formada por homens. As mulheres, normalmente, só tomam a direção quando não estão acompanhadas por uma figura masculina. Isso confirma, mais uma vez, que as mulheres são educadas para participar da vida pública por uma sutil procuração, ou seja, assumem quase sempre uma posição exterior e subordinada. Sendo excluídas desse jogo de poder, elas (mulheres) têm o aval deles (homens) para participar do jogo, desde que seja através de seu intermédio e de sua proteção, ou seja, a participação feminina se dá por tutela.

Recentemente, surgiram, no mercado, bonecos masculinos para fazerem companhia às mulheres que dirigem desacompanhadas pelas grandes cidades. Eis que, ao aceitar a “companhia” de um boneco, no carro, a própria mulher acaba reforçando o seu consentimento ao predomínio masculino. Ainda que tenhamos ciência de que a onda de violência está cada vez maior e mais grave, insistimos em nos atermos à reflexão ancorada no simbolismo desse comportamento. Nesse sentido, é como se a mulher, ao ter uma presença masculina, mesmo na forma de um boneco, ao seu lado, garantisse sua proteção. O que demonstra que, em um senso comum, a presença masculina ainda significa proteção e segurança para a mulher.

Devemos também analisar o que a mulher e os automóveis significam para os homens. O automóvel é um símbolo incontestável de poder e virilidade. Muito sabiamente, as propagandas de automóveis dirigidas ao público masculino aliam automóveis e mulheres. Assim como as mulheres, os automóveis são objetos de desejo masculino. E as propagandas reforçam a figura da mulher-objeto, aquela que está aí para saciar o homem, para servi-lo. Ela deve ser bela e sedutora. Um homem



que possui um bom automóvel e uma bela e sedutora mulher é visto como símbolo de status e de prestígio. Socialmente, esse homem é um homem vencedor. Ele faz questão de mostrar para a sociedade seus troféus por seu sucesso: uma bela mulher e um carro potente. Exibindo esses troféus, é como se apresentasse para os demais um comprovante de sua potência e virilidade. Esse significado é muito bem explorado pelas agências de propagandas e, uma vez no mercado, elas acabam reforçando cada vez mais o domínio masculino.

Constantemente somos bombardeados com mensagens que apresentam as mulheres como aquelas que não sabem dirigir, que não sabem estacionar, que são frágeis e inseguras. Não raramente, vemos estudos sendo realizados à procura das causas de tal condição, sem falar que até respostas ancoradas na biologia humana são apontadas, como explicações para a suposta “inabilidade” da mulher – e por que não dizer “inferioridade feminina”.

Observamos que, apesar das mobilizações feministas, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, da possibilidade que existe de uma mulher “fazer carreira”, os discursos que moldam nossa representação do que é “ser menino” ou ser “uma menina”, em sua base, não sofreram alterações que permitissem mudar essa percepção. Existe sim um descentramento do sujeito, um questionamento de identidade, de papéis, porém as fronteiras entre o que “é masculino” e o que “é feminino” estão apagadas. No espaço público do trânsito, que é predominantemente masculino, existe uma radicalização das relações de gênero. As fronteiras, nesse espaço masculinizado, estão ainda bem delimitadas, o que nos mostra que as mulheres ainda têm uma visão colonizada de si mesmas e que as relações de gênero ainda sofrem grande influência dos discursos que teceram e tecem a nossa constituição subjetiva enquanto homens e mulheres. A força desses

discursos, que encontra seus pilares de sustentação na Igreja, no Estado, nas famílias e nas escolas, é tão sutil e silenciosa que pensamos que estamos nos encaminhando para um movimento de transformações, quando, na verdade, estamos todos indo para o caminho da perpetuação e cristalização dessas diferenças. Em poucas palavras, dizemos que, ainda que indícios de transformação nas relações de gênero, no trânsito, possam ser encontrados, são predominantes os traços de reprodução de concepções relacionadas às desigualdades entre os gêneros.

## REFERÊNCIAS

BARBERÁ, Ester. **Psicologia del Género**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: Edições da Difusão Européia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: **Educação & Realidade**. Gênero e Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella M.. A Mulher e o Espaço Público. In: BRESCIANI, M. S. M. (Org.); SAMARA, E. (Org.); LEWKOWICZ, I. (Org.). **Jogos da Política**. Imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH - Marco Zero - FAPESP, 1992.

CHASSOT, Attico. A Ciência é Masculina? É sim senhora!... In: **Contexto e Educação**. Gênero e Educação-Um diálogo necessário – Ano XIX, n 71/72-janeiro/dezembro 2004. Ijuí: Unijuí, 2006.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História, Um diálogo Possível? In: **Contexto e Educação**. Gênero e Educação – Um diálogo necessário – Ano XIX, n 71/72-janeiro/dezembro 2004. Impresso em 2006. Ijuí: Unijuí, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira: a questão da igualdade e da diferença**. Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 2000.

\_\_\_\_\_. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: **Gênero e Cultura – Questões Contemporâneas**. Org: Strey, Marlene; Cabeda, Sônia; Prehm, Denise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORASSA, Neuza. **Vença o medo de dirigir**. São Paulo: Gente, 2000.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2006.

DETRAN, 2005. Disponível em: <<http://www.detran.gov.br>> Acessado em 13 Fev 2008.

FERREIRA, Elze (Org.) **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em defesa de uma sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998

\_\_\_\_\_. **O Sujeito e o Poder**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. (Org.) Dreyfus, H; Rabinow. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HEILBORN, Maria L. Construção de Si, Gênero e Sexualidade. In: **Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y Feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madri: HORAS & HORAS, 1996.

LAGRAVE, Rose-Marie. **Uma emancipação sob tutela**. Educação e trabalho das mulheres no século XX. História das Mulheres no Ocidente – O século XX. (Org.) Duby, G. e Perrot, M. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

LEBOVICI, S.; DIATKINE, R. **Significado e função do brinquedo na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda** – Arejando Nossas Idéias a respeito de Amor e Sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (Org). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **As mulheres e os silêncios da História**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PISANO, Margarita. **El Triunfo de la Masculinidad**. Fem-e-livros. PDF.

REVEL, Judith. **Foucault** - conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAFFIOTI, H.I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria Útil de análise Histórica. In: **Educação & Realidade**. Gênero e Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O Currículo Como Fetiche** - A Poética e a Política do Texto Curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SISSA, Giulia. Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In: **História das Mulheres no Ocidente**. v. 1. Edições Afrontamento: Porto, 1990.

STEFFEN, Therese Frey. **Gender**. Reclam Verlag Leipzig, 2006.

STREY, Marlene Neves (Org). **Gênero por escrito: Saúde, Identidade e Trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

THOMAS, Yan. As diferenças dos sexos no direito romano. In: **História das mulheres no Ocidente**. v. 1. Edições Afrontamento: Porto, 1990.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian (Org.). **A Revolução das Mulheres - Um balanço do Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

<[www.clubedasluluzinhas.com.br](http://www.clubedasluluzinhas.com.br)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.humornanet.com](http://www.humornanet.com)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.segs.com.br](http://www.segs.com.br)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.recadosonline.com](http://www.recadosonline.com)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.revistaepoca.com.br](http://www.revistaepoca.com.br)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)> Acessado em 13 Fev 2008.

<[www.v8ecia.com.br/artigos/a\\_historia\\_do\\_automovel.htm](http://www.v8ecia.com.br/artigos/a_historia_do_automovel.htm)> Acessado em 13 Fev 2008.

**ANEXOS**

## ANEXO 01

## PIADAS

## PIADA (CARTUM) QUE CIRCULOU NA INTERNET:



Fonte: (www.recadosonline.com)

**Como escolher a mulher ideal?**

Para saber, basta compará-la (a mulher ideal) a um a utomóvel.

Ao fazer o Check-list, em baixo, você encontrará logo a resposta.

1. Verifique o design;
2. Verifique o ano;
3. É boa de curvas e de retas?



4. É macia?
5. Possui Air-bag duplo frontal de grande volume?
6. É econômica?
7. Faz pouco barulho?
8. Esquenta rápido? E quando esquenta, aí sim: tem que fazer barulho.
9. Leve para um Test-drive. Se a mulher passou em todos estes testes, lembre-se de fazer um *leasing*, porque, nesse meio tempo, pode surgir um modelo melhor e mais novo.

Fonte: (www.humornanet.com, intitulada "Carro x Mulher Ideal")

## ANEXO 02

### FRASES DE PÁRA-CHOQUE DE CAMINHÕES

- Mulher não vale nada, até pobre tem.
- Mulher é igual à cerveja, nunca pode deixar ela parada.
- Mulher é o único sócio que não entra com nada e, quando sai, leva pelo menos metade do que o homem tem.
- O dia que chover mulher, quero uma goteira na minha cama.
- Mulher bonita é igual à melancia: você nunca consegue comer sozinho.
- Mulher é igual à abelha: dá mel ou dá ferroadada.
- A única mulher que andou na linha o trem pegou.
- Estrada é que nem mulher: quanto mais curvas, mais perigosa.
- As mulheres perdidas são as mais procuradas.
- Mulher é que nem moeda: ou é cara de sustentar, ou é coroa.
- Mulher feia é igual a vento forte: só quebra galho.
- Para casar, quero a mulher certa; enquanto isso vou ficando com as erradas.
- Namorada é igual a ônibus: você perde um e mais tarde passa outro.
- Passado de mulher é como cozinha: se você conhecer, não come.
- Mulher bonita e parafuso comigo é no aperto.
- Mulher chora na saída, caminhão velho na subida.
- Mulher de amigo meu é que nem muro alto: demora, mas acabo trepando.
- Estepe e mulher é sempre bom ter de reserva.
- Nas próximas eleições, vamos votar nas putas, porque nos filhos não deu certo.
- Como o peixe precisa de água pra sobreviver, a mulher precisa de um machão para o seu real prazer.
- Dê um fogão novo para sua mulher. Você não sabe do que é capaz uma mulher agradecida.

- O espelho reflete sem falar; a mulher fala sem refletir.
- Algumas mulheres você conquista com um beijo; para todas as outras, existe *Master Card*.
- Esse bicho mulher é perigoso. Deixa o rico pobre e o pobre sem vergonha.
- Mulher feia é como trator: só presta para trabalhar, para sair não dá.
- Amor, só de mãe.
- Quem dá aos pobres cria os filhos sozinha.